



**Universidade de Aveiro**  
2013

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de  
Aveiro

**Catarina Isabel dos  
Santos Dias**

**Cumprimento dos requisitos de divulgação dos  
subsídios do Governo**





**Catarina Isabel dos  
Santos Dias**

**Cumprimento dos requisitos de divulgação dos  
subsídios do Governo**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade - Ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica da Professora Carla Manuela Teixeira de Carvalho, Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, e da Professora Graça Maria do Carmo Azevedo, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.



Aos meus Pais.



**Júri**

Presidente

**Prof. Doutor João Francisco Carvalho de Sousa**

Professor adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Arguente

**Mestre António Rodrigues Neto**

Professor aposentado do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Orientador

**Mestre Carla Manuela Teixeira de Carvalho**

Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro





## **Agradecimentos**

A todos os meus familiares e amigos que de uma forma direta ou indireta contribuíram para a concretização deste trabalho, o meu muito obrigada.

Um agradecimento muito especial às minhas orientadoras, Professoras Carla Carvalho e Graça Azevedo, por toda a disponibilidade demonstrada ao longo do tempo e pela contribuição e motivação dada para a realização deste trabalho.



## **Palavras-chave**

Subsídios do Governo, Apoios do Governo, Divulgação, NCRF 22

## **Resumo**

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar o cumprimento dos requisitos de divulgação dos subsídios e apoios do Governo. Através da análise de conteúdo dos relatórios e contas individuais das empresas que constituem a amostra, para os anos 2010 e 2011, foi possível construir um índice de divulgação que permitiu analisar a quantidade de divulgações feitas por cada empresa comparando com as divulgações exigidas pelas normas do SNC relativas aos subsídios governamentais.

Os resultados do estudo demonstram que, no geral, as empresas apresentam um elevado nível de cumprimento dos requisitos de divulgação dos subsídios e apoios do governo. Das divulgações efetuadas verificamos que os requisitos que as empresas mais divulgaram são a natureza e método de apresentação nas demonstrações financeiras, enquanto a política contabilística é o menos divulgado. Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos intangíveis amortizáveis registam o índice de divulgação mais elevado uma vez que todas as empresas que beneficiaram deste tipo de subsídios divulgaram todos os requisitos aplicáveis nos dois anos em análise. Pelo contrário, os subsídios não reembolsáveis relacionados com rendimentos apresentam o menor nível de divulgação.

Foi ainda possível verificar que, relativamente aos subsídios reembolsáveis, houve um acréscimo do nível de divulgação em 2011 passando as empresas a divulgar 100% dos requisitos exigidos. Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e com rendimentos registaram uma ligeira diminuição do nível de divulgação em 2011.



**Keywords**

Government grants, Government Support, Disclosure, NCRF 22.

**Abstract**

This work has the main purpose to analyze the compliance of the disclosure requirements to State subsidies and support. Throughout the analysis of the reports' content and individual accounts from the sampled companies, it was possible to create a disclosure index that allows analyzing the quantity of disclosures made for each company and compare them to the disclosures demanded by the SNC norms concerning governmental grants.

The study's results demonstrate that, in the overall, the companies usually comply with the Government's subsidies and assistance disclosure requirements. From the provided disclosures we verified that the requirements the companies most disclosed were the presentations' nature and method of the financial statements, while the accounting policy is the less disclosed. The non-repayable subsidies related to depreciable intangible assets register an higher disclosure rate, since all the companies that benefited from this kind of subsidies have disclosed all the applicable requirements within the two years under analysis.

On the other hand, the non-repayable subsidies related to income present a lower disclosure rate. It was still possible to verify that, concerning the repayable subsidies, there was an increase of the disclosure rate in 2011, having the companies disclosed 100% of the standard requirements. The non-repayable subsidies related to depreciable tangible fixed assets, as well as with income registered a slight reduction on the disclosure rate in 2011.



## Índice

Lista de abreviaturas.....	XVII
Índice de Ilustrações.....	XIX
Índice de Quadros.....	XVIII
Índice de Gráficos.....	XIXI
INTRODUÇÃO.....	1
1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO QREN.....	4
2. ENQUADRAMENTO NORMATIVO .....	8
2.1. Harmonização contabilística internacional .....	8
2.2. Normalização contabilística em Portugal.....	12
2.3. Tratamento contabilístico dos subsídios no POC .....	14
2.3.1. Subsídios para investimentos amortizáveis.....	15
2.3.2. Subsídios para investimentos não amortizáveis.....	16
2.3.3. Subsídios à exploração .....	16
2.3.4. Subsídios reembolsáveis .....	16
2.4. Tratamento contabilístico dos subsídios no SNC .....	17
2.4.1. NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo.....	17
2.4.1.1. Reconhecimento e mensuração dos subsídios em SNC.....	19
2.4.1.1.1 Subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos.....	20
2.4.1.1.2. Subsídios relacionados com rendimentos .....	21
2.4.1.1.3. Subsídios não monetários.....	22
2.4.1.1.4. Subsídios reembolsáveis .....	23
2.4.1.2. Apresentação de subsídios do Governo.....	24
2.4.1.3. Apoios do Governo .....	25
2.4.1.4. Divulgações .....	26
2.4.2. NCRF 17 - Agricultura.....	26
2.4.3. Contabilização dos subsídios na NCRF-PE e na NC-ME .....	28
3. REVISÃO DA LITERATURA.....	30
3.1. Estudos sobre adoção das normas do IASB.....	30
3.2. Estudos sobre cumprimento dos requisitos de divulgação e respetivos determinantes .....	33
3.3. Estudos sobre subsídios do Governo.....	40
4. ESTUDO EMPÍRICO .....	42

4.2. Amostra .....	42
4.2. Metodologia .....	45
4.3. Análise e discussão dos resultados .....	47
4.3.1. Subsídios reembolsáveis .....	51
4.3.2. Subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis .....	53
4.3.3. Subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos intangíveis amortizáveis	56
4.3.4. Subsídios não reembolsáveis relacionados com rendimentos .....	58
4.3.5. Apoios do Governo .....	60
CONCLUSÕES.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
ANEXO 1 .....	68



## **Lista de abreviaturas**

ASE - Amman Stock Exchange

CEE - Comunidade Económica Europeia

CESR - Committee of European Securities Regulators

CNC - Comissão de Normalização Contabilística

DC - Diretriz Contabilística

FASB - Financial Accounting Standards Board

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE - Fundo Social Europeu

IAS - International Accounting Standard

IASB - International Accounting Standards Board

IBEX - Iberia Index

IFRS - International Financial Reporting Standard

IOSCO - International Organization of Securities Commissions

ISA - International Standard on Auditing

IT - Interpretação Técnica

NASDAQ - National Association of Securities Dealers Automated Quotations

NC-ME - Norma Contabilística para Microentidades

NCRF - Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NCRF-PE - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades

NYSE - New York Stock Exchange

PGCE - Plan General de Contabilidad Español

PME - Pequenas e Médias Empresas

POC - Plano Oficial de Contabilidade

POPH - Programa Operacional Potencial Humano

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

SCT - Sistema Científico Tecnológico

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

UE - União Europeia

US-GAAP - United States Generally Accepted Accounting Principles

## **Índice de Ilustrações**

Ilustração 1 - Subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos .....	20
Ilustração 2 - Reconhecimento de subsídios relacionados com rendimentos.....	22

## **Índice de Quadros**

Quadro 1 - Definição da amostra .....	42
Quadro 2 - Identificação das empresas que constituem a amostra .....	43
Quadro 3 - Distribuição da amostra .....	44
Quadro 4 - Empresas da amostra por tipo de subsídio .....	47
Quadro 5 - Informação financeira sobre subsídios reembolsáveis, divulgada pelas empresas em 2010. ....	51
Quadro 6 - Informação financeira sobre subsídios reembolsáveis, divulgada pelas empresas em 2011. ....	52
Quadro 7 - Informação financeira sobre subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables, divulgada pelas empresas em 2010.....	53
Quadro 8 - Informação financeira sobre subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables, divulgada pelas empresas em 2011.....	54
Quadro 9 - Informação financeira sobre subsídios relacionados com Ativos Intangíveis amortizáveis, divulgada pelas empresas em 2010 .....	56
Quadro 10 - Informação financeira sobre subsídios relacionados com Ativos Intangíveis amortizáveis, divulgada pelas empresas em 2011.....	57
Quadro 11 - Informação financeira sobre subsídios relacionados com rendimentos, divulgada pelas empresas em 2010.....	58
Quadro 12 - Informação financeira sobre subsídios relacionados com rendimentos, divulgada pelas empresas em 2011.....	59
Quadro 13 - Apoios recebidos pelas empresas que constituem a amostra .....	60

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 - Pagamentos Intermédios FSE, FEDER e Fundo Comunitário executados pela CE em % da dotação do EM .....	5
Gráfico 2 - Empresas da amostra por secção de atividade, em percentagem.....	45
Gráfico 3 - Índice de divulgação por empresa, nos anos de 2010 e 2011 .....	48

## INTRODUÇÃO

A crescente globalização dos mercados contribuiu de forma significativa para a sofisticação e complexidade das transações comerciais. A informação financeira assume um papel crucial no funcionamento eficaz dos mercados, na medida em que os investidores procuram informação relevante e fiável que permita tomar decisões acertadas. Neste sentido, é muito importante que as características da informação financeira, como a comparabilidade, fiabilidade e compreensibilidade sejam asseguradas. Tal não acontecia com a existência de normativos contabilísticos diferentes a nível global que, além de acrescerem custos às empresas na reconversão da informação, punham em causa a credibilidade da informação financeira (Cravo *et al.*, 2009).

Neste contexto, tendo em conta o risco de perda de competitividade que as empresas portuguesas corriam por não apresentarem as contas de forma transparente e credível aos diferentes mercados, a Comissão de Normalização Contabilística decidiu, como forma de resposta ao regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, emitir o novo normativo denominado Sistema de Normalização Contabilística (SNC) tendo por finalidade substituir o anterior normativo (Plano Oficial de Contabilidade – POC).

O SNC é um sistema contabilístico assente, essencialmente, em princípios e não tanto em regras. Tem como objetivos aumentar a relevância da informação financeira, dando especial importância às divulgações, o que proporciona uma maior transparência da informação e, consequentemente, maior confiança dos seus utilizadores e um aumento da comparabilidade da informação divulgada.

Em matéria de subsídios, o anterior normativo contabilístico nacional, constituído pelo POC, Diretrizes Contabilísticas (DC) e respetivas Interpretações Técnicas (IT) apresentava diversas lacunas na contabilização dos subsídios e apoios do Governo, particularmente quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação. O facto de não existir uma DC que regulasse especificamente a contabilização dos subsídios e de não ser feita qualquer referência aos subsídios, quer no capítulo do POC relativo aos critérios de valorimetria, quer nas notas explicativas do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, originava práticas contabilísticas diversas entre as empresas no que diz respeito aos subsídios. A informação divulgada revelava-se insuficiente para os seus utilizadores (Carvalho e Azevedo, 2010).

Com a entrada em vigor do SNC, particularmente da NCRF 22, foram introduzidas diversas alterações em matéria de subsídios do Governo, nomeadamente no tratamento contabilístico de subsídios relacionados com ativos e nas práticas de divulgação que passaram a ser mais exigentes.

A presente dissertação tem como principal objetivo avaliar o nível de cumprimento dos requisitos de divulgação dos subsídios e apoios do Governo, previstos na NCRF 22 - Contabilização de Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo, e na NCRF 17 – Agricultura em relação aos subsídios relacionados com ativos biológicos, pelas empresas que adotaram o SNC a partir de 2010.

Pretende-se, igualmente, avaliar até que ponto o SNC introduziu diferenças nas políticas contabilísticas adotadas no tratamento dos Subsídios e Apoios do Governo e identificar as que são mais utilizadas na prática, quer ao nível do reconhecimento inicial, quer na respetiva mensuração subsequente.

O presente trabalho é composto por 5 pontos, através dos quais desenvolvemos o tema em análise.

Começamos com uma breve introdução, onde damos a conhecer os objetivos do estudo e a sua estruturação.

De seguida apresentamos uma breve caracterização dos subsídios no âmbito Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e do seu enquadramento na política comunitária nos últimos anos.

Posteriormente efetuamos o enquadramento normativo dos subsídios e apoios do Governo. Começamos por fazer uma breve análise do processo de harmonização contabilística internacional e nacional, de modo a contextualizar a mudança de normativo contabilístico em Portugal e, de seguida, descrevemos o tratamento contabilístico dos subsídios em normativo POC e em normativo SNC, analisando em profundidade as normas que tratam esta matéria, concretamente as NCRF 22 e NCRF 17.

O ponto 3 do estudo é dedicado à revisão de outros estudos anteriormente realizados, não só acerca do nível de divulgação das empresas, mas também de estudos sobre o impacto da adoção do SNC em Portugal em matéria de subsídios.

No ponto quatro apresentamos o estudo empírico efetuado, sendo feita uma descrição da amostra e da metodologia utilizada, de acordo com os objetivos propostos. São apresentados os dados recolhidos e é feita uma análise e discussão dos resultados.

Por fim, são apresentadas as conclusões do estudo que se centram na análise dos resultados do nosso estudo empírico.



## **1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO QREN**

A partir de 1986, ano de adesão à CEE, Portugal negociou transferências de fundos da UE em várias fases. Atualmente está a decorrer a quinta fase, designada - Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

O QREN constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013 e assume para este efeito cinco grandes prioridades estratégicas nacionais: qualificação dos cidadãos; dinamização do crescimento sustentado; promoção da coesão social; qualificação dos territórios e das cidades; e aumento da eficiência e qualidade dos serviços públicos.

Financiado pelo Fundo Social Europeu (FSE), Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e fundo de coesão, o QREN assegura a prossecução destas estratégias através da concretização de três Agendas Operacionais temáticas: para o potencial humano; para fatores de competitividade; e para valorização do território.

Segundo informação da Direção Geral do Orçamento da Comissão Europeia (DG Budget) reportada a 1 de agosto de 2013, Portugal assume neste momento um lugar de destaque à escala europeia, relativamente aos montantes transferidos pela Comissão Europeia aos 27 Estados-membros a título de pagamentos intermédios no âmbito dos subsídios do QREN. Do montante de 158.614,4 M€ de reembolsos de pedidos de pagamentos efetuados pela CE aos Estados-membros, 13.536,5 M€ destinaram-se a Portugal (8,5%), sendo 4.789,0 M€ de FSE e 8.747,5 M€ do FEDER e do Fundo de Coesão.

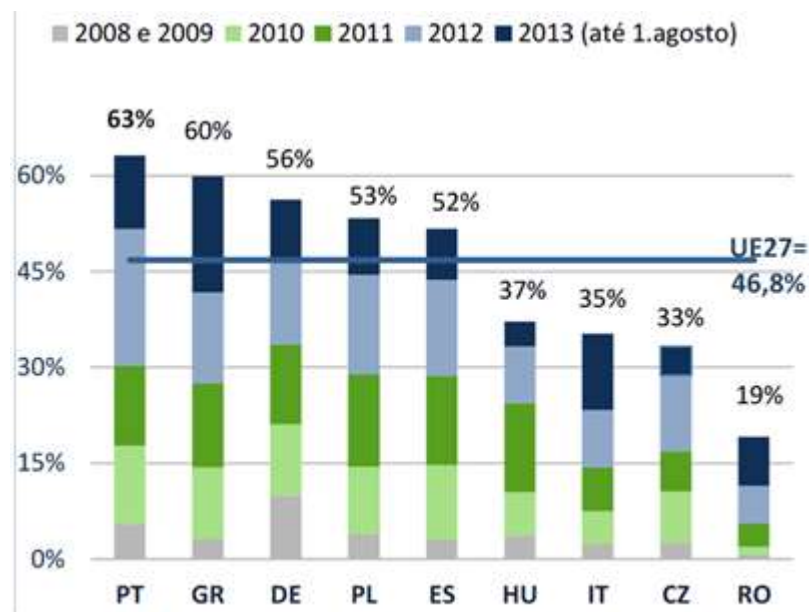
Em termos relativos, comparando os montantes transferidos a cada Estado-membro com a dotação programada para o período 2007-2013, Portugal já recebeu da Comissão Europeia 63,2% da sua dotação (acima da média da UE27, de 46,8%).

O Gráfico 1 ilustra a posição de Portugal, no seio da União Europeia, no que respeita a pagamentos intermédios no âmbito do QREN, à data de 1 de agosto de 2013<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>[www.povt.qren.pt](http://www.povt.qren.pt)

**Gráfico 1** - Pagamentos Intermédios FSE, FEDER e Fundo Comunitário executados pela CE em % da dotação do EM



Tendo em conta o atual estágio de desenvolvimento da economia portuguesa e a sua inserção no quadro competitivo internacional, os incentivos ao investimento empresarial visam o acréscimo de produtividade e de competitividade das empresas e a melhoria do perfil de especialização de Portugal, favorecendo o desenvolvimento territorial e a internacionalização da economia, dando prioridade ao apoio a projetos de investimento em atividades de produção de bens e serviços transacionáveis ou internacionalizáveis.

No âmbito QREN e inseridos nos Fatores de Competitividade, foram criados 3 sistemas de incentivo que apoiam a criação ou a expansão da atividade das empresas através do cofinanciamento dos investimentos, a fundo perdido ou por recurso a crédito bonificado:

### 1) Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas

O Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas (SI I & DT) visa intensificar o esforço nacional em I&DT e criar novos conhecimentos de modo a aumentar a competitividade das empresas, promovendo a cooperação e desenvolvimento de projetos entre empresas e entidades do Sistema Científico Tecnológico (SCT).

O SI I&DT pode configurar os seguintes tipos de incentivos<sup>2</sup>:

- Núcleos de I&DT: Incentivo não reembolsável;
- Centros de I&DT: Incentivo reembolsável;
- Vale I&DT: Incentivo não reembolsável;
- Outros Projetos I&DT Empresas: consoante o montante dos projetos e o tipo de entidades beneficiárias, o incentivo pode ser, no todo ou em parte, reembolsável ou não reembolsável;
- Projetos I&DT Coletiva: Incentivo não reembolsável;
- Projetos Demonstradores: consoante o montante dos projetos, o incentivo pode ser, no todo ou em parte, reembolsável ou não reembolsável;

O incentivo reembolsável a conceder pode ser complementado com outras formas de incentivo, como a prestação de garantia de financiamento bancário e a bonificação total ou parcial de juros e comissões de garantia.

No âmbito do SI I&DT, consideram-se elegíveis as seguintes despesas:

- Despesas de investigação contratada e patentes adquiridas a fontes externas ou por estas licenciadas;
- Aquisição de instrumentos e equipamento científico e técnico imprescindível ao projeto e que fiquem afetos em exclusividade à sua realização durante o período de execução do projeto;
- Despesas associadas à formulação de pedidos de patentes, modelos de utilidade e desenhos ou modelos nacionais;
- Despesas com missões internacionais diretamente imputáveis ao projeto e comprovadamente necessárias à sua realização.

## **2) Sistema de Incentivos à Inovação**

O Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação) visa estimular a produção de novos bens, serviços e processos de modo a criar valor e reforçar a orientação para mercados internacionais, bem como estimular o empreendedorismo qualificado e o investimento em novas áreas com potencial de crescimento.

Este SI à Inovação envolve os seguintes benefícios:

- Incentivo Reembolsável - Taxa máxima de 45% das despesas elegíveis;

---

<sup>2</sup> Estes tipos de incentivos estão sujeitos a taxas máximas que podem ser consultadas em [www.portugalglobal.pt](http://www.portugalglobal.pt).

- Sem pagamento de juros ou outros encargos e amortizações semestrais, iguais e sucessivas;
- Prazo de financiamento de 6 anos com 3 anos de carência de capital, O incentivo reembolsável pode passar a não reembolsável até 75% em função da avaliação de desempenho do projeto.

### **3) Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação PME)**

O Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação PME) visa a promoção da competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença ativa no mercado global.

Este SI à Inovação envolve os seguintes benefícios:

- Incentivo não reembolsável com aplicação às despesas elegíveis de uma taxa base máxima de 40%.

No âmbito do SI Inovação e SI Qualificação PME, são consideradas despesas elegíveis as diretamente relacionadas com:

- a) Aquisição de Ativo Fixo Tangível;
- b) Aquisição de Ativo Fixo Intangível;
- c) Outras despesas, designadamente:
  - Estudos, diagnósticos, auditorias, planos de marketing e projetos de arquitetura e de engenharia associados aos projetos de investimento;
  - Investimentos na área de eficiência energética e energias renováveis;
  - Custos associados a pedidos de Direitos de Propriedade Industrial;
  - Despesas relacionadas com promoção internacional
  - Despesas inerentes à certificação de sistemas, produtos e serviços;
  - Despesas com criação e desenvolvimento de insígnias, marcas e coleções próprias.

## **2. ENQUADRAMENTO NORMATIVO**

Neste capítulo começamos por fazer uma breve análise do processo de harmonização contabilística a nível internacional e nacional de modo a, posteriormente, podermos enquadrar os normativos que atualmente regulam os subsídios e apoios governamentais. De seguida, efetuamos uma análise ao tratamento contabilístico dos subsídios e apoios do Governo em ambiente POC e apresentamos uma análise pormenorizada do atual tratamento á luz do SNC, descrevendo, para o efeito, o conteúdo da NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo e da NCRF 17 - Agricultura.

### **2.1. Harmonização contabilística internacional**

Nos últimos tempos temos assistido a um crescimento progressivo do comércio mundial, o qual tem contribuído para a sofisticação e complexidade das transações comerciais. Muitas empresas procuram tirar partido da globalização e, consequentemente, do desenvolvimento dos mercados de capitais, tentando que os seus valores mobiliários sejam cotados em mercados estrangeiros, numa estratégia de diversificação das suas fontes de financiamento (Cravo *et al.*, 2009).

Com o aumento das relações económicas e comerciais entre países, questiona-se a diversidade contabilística no contexto mundial, já que cada país tem o seu próprio modelo de normalização contabilística, obrigando a sucessivas reexpressões das demonstrações financeiras numa mesma entidade, sempre que esta atua em diferentes mercados. Neste contexto, uma empresa multinacional que pretendesse ver as suas ações cotadas em vários países, teria de preparar as suas demonstrações financeiras de acordo com diferentes referenciais contabilísticos. A inexistência de normas contabilísticas harmonizadas, para além de trazer custos acrescidos às empresas, no trabalho de reexpressão das suas demonstrações financeiras segundo diferentes normativos, coloca também em causa a própria credibilidade da informação financeira, porquanto são divulgadas diferentes quantias de resultados, ativos e passivos de uma mesma entidade, para um mesmo período económico.

Por outro lado, as crescentes exigências informativas, nomeadamente no domínio do relato ambiental, do governo das sociedades, do relato social, assim como a exigência de formatos mais simples para divulgação de informação financeira adaptados às novas tecnologias "suscitam novos desafios à informação contabilística já que, pelo

menos algumas das qualidades “clássicas” da informação financeira: compreensibilidade, comparabilidade e fiabilidade são suscetíveis de ser colocadas em causa” (Cravo *et al.*, 2009, p.17).

Tornava-se, assim, urgente o desenvolvimento de um processo de harmonização contabilística a nível global, com o principal objetivo de incrementar a comparabilidade da informação financeira e, consequentemente, a sua qualidade.

Diversos organismos internacionais desenvolveram esforços no sentido da harmonização contabilística a nível mundial, de entre os quais se destacam o *International Accounting Standards Board* (IASB), a *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO), o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e a União Europeia (UE).

O IASB é responsável por desenvolver um conjunto de normas globais de contabilidade (*International Accounting Standards / International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS)) de elevada qualidade, compreensíveis e passíveis de serem impostas promovendo o seu uso e aplicação rigorosa. Estas normas procuram responder às necessidades, não só das grandes empresas, mas também às necessidades especiais das pequenas e médias empresas, de modo a atingir uma harmonização das normas nacionais e internacionais de contabilidade (IASB).

A IOSCO celebrou em 1995, um acordo com o IASB (então designado IASC - *International Accounting Standards Committee*) no qual o IASB se comprometia a rever as suas normas, reduzindo o seu número de alternativas, e a alterá-las com o objetivo de obter um corpo normativo coerente. Por seu lado, a IOSCO admitia a possibilidade de concordar com o uso destas normas na preparação e divulgação da informação financeira prestada, em especial pelas entidades que tivessem valores cotados em bolsa estrangeira. Em 2000, verificada uma melhoria significativa das normas do IASB, a IOSCO acabou por recomendar a utilização daquelas nos mercados financeiros mundiais (Cravo *et al.*, 2009).

As IAS/IFRS foram sendo aceites nos Estados Unidos, pela *Securities Exchange Commission* (SEC), que decidiu apoiar o IASB no desenvolvimento de normas de contabilidade que pudessem ser utilizadas na preparação de demonstrações financeiras em todo o mundo. Neste sentido, em 2002 é celebrado um acordo entre o FASB e o IASB no sentido de criarem um critério de convergência entre as IAS/IFRS e os princípios geralmente aceites dos Estados Unidos, eliminando as diferenças existentes entre os dois normativos (Pereira *et al.*, 2009).

Também a UE tem, desde há várias décadas, desenvolvido inúmeros esforços com vista à harmonização contabilística europeia, sendo responsável pela emissão da IV Diretiva do Conselho, de 25 de julho de 1978 (78/660/CEE), relativa às contas anuais de certos tipos de entidades. Pretendia-se a coordenação das disposições nacionais dos vários Estados-membros respeitantes à estrutura e conteúdo das contas anuais e relatórios de gestão, aos critérios de valorimetria, assim como ao exame e divulgação desses documentos. No entanto, esta diretiva revelou-se muito genérica e com diferentes opções contabilísticas, de tal modo que, aquando da transposição daquela Diretiva para o seu ordenamento jurídico nacional, cada Estado-membro fez diferentes interpretações e opções do conteúdo da Diretiva, pondo naturalmente em causa a comparabilidade da informação financeira.

Posteriormente foi emitida a VII Diretiva do Conselho, de 13 de julho de 1983 (83/349/CEE), relativa às contas consolidadas das empresas. Estas diretivas foram sendo alvo de várias críticas pois "não tratavam de assuntos complexos da contabilidade e evidenciavam um desfasamento face às necessidades das entidades, quer em termos contabilísticos, quer de relato financeiro" (Rodrigues, 2010, p. 15). Em 2001, estas diretivas acabariam por ser alteradas relativamente às regras de valorimetria e no acolhimento do justo valor, através da publicação da Diretiva 2001/65/CE, de 27 de setembro de 2001.

Em 2002, deu-se o segundo grande passo no processo de harmonização europeu com a publicação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. Este regulamento veio obrigar todas as sociedades com valores mobiliários admitidos à cotação num mercado regulamentado da EU, a apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS, a partir de 1 de janeiro de 2005, deixando aos Estados-membros a decisão de permitir a adoção das IAS/IFRS na elaboração das contas individuais destas sociedades, bem como das contas consolidadas e/ou individuais das sociedades não negociadas publicamente.

Segundo Cravo *et al.* (2009, p.23) "pretende a União que com este Regulamento se assegure o funcionamento eficiente do mercado de capitais da UE e do mercado interno, através de um processo de harmonização da informação financeira que mantenha assegurado um elevado grau de transparência e comparabilidade na informação financeira prestada pelas empresas".

Em 2003, o Regulamento (CE) n.º 1725/2003 da Comissão, de 29 de setembro, veio adotar certas IAS/IFRS, concretizando, assim, o disposto no Regulamento 1606/2002. Este regulamento foi alvo de sucessivas atualizações e modificações, acabando por ser revogado pelo Regulamento (CE) n.º 1126/2008, 3 de novembro, o qual veio a incorporar, num único texto, as IAS/IFRS constantes no Regulamento (CE) n.º 1725/2003 e respetivas modificações, a fim de simplificar a legislação comunitária.

Outro importante passo da estratégia comunitária deu-se com a publicação da Diretiva 2003/51/CE, de 18 de junho, relativa às contas anuais e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros, alterando as IV e VII Diretivas. Esta Diretiva visava assegurar a coerência entre a legislação contabilística comunitária e as IAS/IFRS. Mais tarde é publicada a Diretiva 2009/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho, que altera a IV e VII Diretivas no que respeita a determinados requisitos de divulgação para as médias sociedades e à obrigação de apresentar contas consolidadas. A VII Diretiva foi, ainda, alterada pela Diretiva 2012/6/EU, de 14 de março, relativa às contas anuais de certas formas de sociedades, no que diz respeito às microentidades.

Muito recentemente, as IV e VII diretivas acabaram por ser revogadas e substituídas pela Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas. Nesta diretiva denota-se uma enorme preocupação com as pequenas empresas, relativamente às quais se impede os Estados-Membros de serem demasiado exigentes em termos de informação contabilística e de relato financeiro. Outra característica desta diretiva é o facto de se distanciar dos conceitos e terminologias oriundos das normas do IASB, apresentando alguns conflitos com estas normas, nomeadamente na possibilidade de utilização do LIFO, reconhecimento de ações e quotas próprias no ativo e ausência da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios. Estes conflitos podem, no entanto, ser ultrapassados por decisão dos Estados-Membros. Outros conflitos, contudo, permanecerão, como são exemplo a obrigatoriedade de inclusão no ativo do capital não realizado e da amortização dos ativos intangíveis (*goodwill*), tal como previsto na recente diretiva (Correia, 2013).



## **2.2.Normalização contabilística em Portugal**

Até 2009, o normativo contabilístico nacional era constituído pelo Plano Oficial de Contabilidade (POC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de novembro, pelas Diretrizes Contabilísticas (DC) e respetivas Interpretações Técnicas (IT).

O POC/89 entrou em vigor a 1 de janeiro de 1990, em consequência da transposição para o ordenamento jurídico nacional da IV Diretiva da UE, tendo sido alterado posteriormente com a incorporação da VII Diretiva relativa às contas consolidadas e outras alterações introduzidas através de Decreto-Lei<sup>33</sup>.

A partir de 1991, foi decidido pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) emitir DC que atualizariam e complementariam o POC, em vez de o reformular.

Entretanto, na sequência da publicação do já referido Regulamento (CE) n.º 1606/2002, a 15 de janeiro de 2003 a CNC apresentou ao Governo o "Projeto de linhas de orientação para um novo modelo de normalização contabilística" que pretendia o alinhamento do normativo contabilístico nacional com as Diretivas Contabilísticas e Regulamentos Contabilísticos da UE.

A resposta de Portugal à opção prevista no Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de cada Estado-Membro poder estender a obrigação de adoção das IAS/IFRS às contas individuais das empresas com valores cotados e às contas consolidadas e individuais das empresas sem valores cotados, surge em 2005, através da publicação do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro.

Este diploma veio permitir a adoção das IAS/IFRS na elaboração das contas consolidadas das entidades sem valores cotados e na elaboração das contas individuais das entidades incluídas no perímetro de consolidação dos grupos que adotem as IAS/IFRS, mediante o cumprimento de determinados requisitos.

Assim, continuava a não existir em Portugal a desejada harmonização contabilística, uma vez que existiam dois modelos contabilísticos que eram utilizados pelas empresas conforme as suas necessidades.

---

<sup>33</sup> Decreto-Lei n.º 44/99, de 12 de fevereiro, que estabelece a obrigatoriedade da adoção do sistema de inventário permanente e da elaboração da demonstração de resultados por funções, assim como os elementos básicos da listagem dos inventários físicos das existências; Decreto-Lei n.º 79/2003, de 23 de abril, veio alterar algumas disposições do Decreto-Lei n.º 44/99 e introduzir a obrigatoriedade da elaboração de DFC, deixando de ser obrigatória a elaboração da Demonstração de Fluxos de Origem e Aplicação de Fundos (DOAF); Decreto-Lei n.º 88/2004, de 20 de abril, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a adoção do sistema de contabilização pelo justo valor.

Em 2007 foi, então, apresentada ao Governo a Proposta de Sistema de Normalização Contabilística, a qual foi sujeita a audição pública de abril a julho de 2008. Após esse período, foram analisados os diversos comentários e sugestões à proposta e foi elaborada a versão final do SNC.

O SNC acabou por ser aprovado em Conselho de Ministros e foi publicado através do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, entrando em vigor no primeiro exercício que se iniciou em ou após 1 de janeiro de 2010, revogando assim o POC e respetiva legislação complementar.

Como afirmou Fernando Teixeira dos Santos, então Ministro do Estado e das Finanças na sessão pública de apresentação do SNC “Compreendemos portanto que a normalização contabilística nacional deve aproximar-se dos novos padrões e garantir sintonia com as Diretivas e Regulamentos contabilísticos da União Europeia. Impõe-se por isso revogar o Plano Oficial de Contabilidade e substituí-lo por um novo normativo alinhado com a modernização contabilística ocorrida na União Europeia” (Cravo *et al.*, 2009, p.43).

Segundo Pinho (2010), “as empresas portuguesas já não poderiam deixar de adotar um sistema de relato financeiro convergente ao já utilizado pela generalidade dos outros Estados Membros no espaço europeu”. Manter o POC, colocaria a breve prazo em risco a competitividade das empresas portuguesas, quer no acesso ao crédito, quer na internacionalização do seu negócio, podendo condicionar o desenvolvimento da economia portuguesa.

Contrariamente ao POC, este novo normativo é um modelo assente mais em princípios do que em regras explícitas, o que dá maior liberdade de atuação às entidades em matéria de políticas contabilísticas, sendo estas, no entanto, responsáveis por cumprir os princípios gerais da norma que conduzem à apresentação de informação financeira de elevada qualidade (Cravo *et al.*, 2009).

O SNC apresenta um conjunto de normas muito próximas das IAS/IFRS, na medida em que estas são adaptadas ao tecido empresarial português, composto por empresas com diferentes níveis de necessidades de relato financeiro, que vão desde as entidades com valores cotados, com maiores exigências de relato financeiro, até às microentidades que relatam através do regime simplificado. As Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) determinam os procedimentos a adotar em matéria de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das contas das empresas e

são aplicáveis às entidades do sector não financeiro, ou seja, à generalidade das empresas (modelo geral do SNC) e às pequenas e microentidades, através de normas específicas, como o são a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) e a Norma Contabilística para as Microentidades (NC-ME), respetivamente.

A NCRF-PE, publicada pelo Aviso n.º 15654/2009, de 7 de setembro, estabelece os principais aspetos de reconhecimento, mensuração e divulgação extraídos das correspondentes NCRF do SNC, tidos como os requisitos mínimos aplicáveis às pequenas entidades.

Relativamente à NC-ME, esta foi publicada pelo Aviso n.º 6726 - A/2011, de 10 de março, na sequência da Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro, sob o título “Simplificação das normas e informações contabilísticas das microentidades”.

Contrariamente à NCRF-PE, a NC-ME não faz qualquer referência à divulgação de apoios do Governo, o que se percebe dada a menor exigência de relato para as microentidades. No entanto, certos apoios do Governo, pela sua natureza, extensão e duração devem ser divulgados, a fim de que as demonstrações financeiras não sejam enganosas, sendo por isso aplicáveis as NCRF, relativamente às divulgações ou a qualquer outro assunto que não seja tratado na NC-ME, como previsto no n.º 6.3 do Aviso n.º 6726 - A/2011.

Relativamente ao tema do nosso estudo, as normas que tratam os subsídios tiveram por base as normas do IASB, nomeadamente a NCRF 22 que surge como adaptação da IAS 20 - Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo ao sistema empresarial português, e a NCRF 17 que tem por base a IAS 41 - Agricultura, adotada no Regulamento (CE) n.º 1725/2003, da Comissão, de 21 de setembro com as alterações dos Regulamentos (CE) n.º 2236/2004 e n.º 2238/2004, da Comissão. Ambas as normas, NCRF 22 e NCRF 17, foram publicadas através do Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro.

### **2.3. Tratamento contabilístico dos subsídios no POC**

O normativo POC revelava insuficiências na contabilização dos subsídios e apoios do Governo, especialmente quanto ao seu reconhecimento, mensuração e requisitos de divulgação. As únicas referências ao tratamento contabilístico dos subsídios eram feitas nas Notas Explicativas às contas (capítulo 12 do POC). Por outro lado, apenas

os subsídios à exploração tinham uma linha própria para a sua apresentação na Demonstração dos Resultados. Todos os outros subsídios não tinham qualquer linha para a sua apresentação, nem nos modelos do Balanço, nem nos modelos da Demonstração dos Resultados. Tal facto revela alguma rigidez na preparação das demonstrações financeiras segundo o POC, em que a regra dominante era a de apenas apresentar os montantes das contas de primeiro grau. Desta forma, a informação relativa aos subsídios ao investimento não era apresentada nos modelos das demonstrações financeiras do POC, uma vez que estes eram reconhecidos em contas secundárias. Nem no Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados esta insuficiência era colmatada, uma vez que não existia neste modelo nenhuma nota específica para a explicação dos movimentos ocorridos nas contas relacionadas com subsídios.

Os subsídios poderiam, contudo, ser sempre explicados na nota 48 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Ao nível da apresentação das demonstrações financeiras era ainda possível identificar, na Demonstração de Fluxos de Caixa, os montantes recebidos em cada exercício a título de subsídios de investimento na rubrica atividades de investimento.

Os subsídios eram classificados, quanto à sua natureza, em 4 tipos: subsídios para investimentos amortizáveis; subsídio para o investimento não amortizáveis; subsídios à exploração; e subsídios reembolsáveis. O tratamento contabilístico em POC de cada um destes subsídios é sucintamente analisado de seguida.

### **2.3.1. Subsídios para investimentos amortizáveis**

São enquadrados nesta tipologia, os subsídios governamentais recebidos para aquisição ou construção de edifícios, máquinas, viaturas, equipamento administrativo, patentes, entre muitos outros ativos amortizáveis, corpóreos ou incorpóreos.

A nota explicativa à conta “2745 - Proveitos Diferidos - Subsídios para investimentos” do POC referia que eram de registar nesta conta os subsídios não reembolsáveis, atribuídos à empresa para financiar a aquisição de ativos amortizáveis. Aquando da atribuição, esta conta era creditada por contrapartida da conta “268 - Devedores e Credores Diversos”, pelo montante total atribuído.

No momento do recebimento, a conta “268 - Devedores e Credores Diversos” seria creditada por contrapartida de uma conta de Disponibilidades.

Aquando da afetação do subsídio a resultados a conta “2745 - Proveitos Diferidos - Subsídios para investimentos” seria debitada por contrapartida da conta “7983 - Proveitos e Ganhos Extraordinários - Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários - Subsídios para investimentos”, na proporção do reconhecimento das amortizações do imobilizado.

### **2.3.2. Subsídios para investimentos não amortizáveis**

Segundo a nota explicativa à conta “575 – Reservas - Subsídios”, registavam-se nesta conta de capitais próprios os subsídios atribuídos à empresa que não fossem reembolsáveis e que não se destinassem a investimentos amortizáveis, nem à exploração. O âmbito desta conta era definido de um modo residual, sendo nela registados os subsídios não amortizáveis, tais como os subsídios para a aquisição de terrenos.

### **2.3.3. Subsídios à exploração**

De acordo com a nota explicativa à conta “74 - Subsídios à exploração”, registavam-se nesta conta os montantes concedidos à empresa com o intuito de compensar os seus custos ou aumentar os seus proveitos, desde que não existisse qualquer dúvida de que os subsídios seriam recebidos no período. Caso os subsídios à exploração se referissem a eventos a realizar em exercícios futuros, deveriam ser registados na conta “274 - Acréscimos e Diferimentos - Proveitos Diferidos”, afetando assim os resultados de mais do que um período económico.

Enquadram-se neste tipo de subsídio, os recebidos para a criação de postos de trabalho, para formação, para inserção de jovens na vida ativa, entre outros.

### **2.3.4. Subsídios reembolsáveis**

Estes subsídios eram registados na subconta “23 - Empréstimos Obtidos” onde se registavam quaisquer empréstimos obtidos à exceção dos incluídos na conta 25 - Acionistas (sócios). Neste caso podiam referir-se, por exemplo, a empréstimos obtidos

do Governo à taxa zero ou a outras taxas bastante mais favoráveis que as concorrentes nos mercados financeiros.

## **2.4. Tratamento contabilístico dos subsídios no SNC**

No SNC, os subsídios encontram-se essencialmente regulados na NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo. Contudo, os subsídios relacionados com ativos biológicos mensurados ao justo valor são especificamente regulados pela NCRF 17 - Agricultura.

A NCRF 22 começa por descrever o seu objetivo e âmbito de aplicação, assim como algumas definições dos termos mais importantes do seu conteúdo. De seguida, apresenta os critérios de reconhecimento e mensuração, inicial e subsequente, dos subsídios do Governo. A norma prescreve ainda regras de apresentação dos subsídios relacionados com ativos e relacionados com rendimentos, assim como o tratamento contabilístico dos subsídios reembolsáveis. Por fim, apresenta as regras a adotar no tratamento contabilístico dos apoios do Governo e identifica as divulgações exigidas para os subsídios e apoios do Governo.

A NCRF 17 é importante para este estudo na medida em que estabelece o tratamento contabilístico dos subsídios relacionados com ativos biológicos e as divulgações associadas, quando aqueles ativos sejam mensurados ao justo valor. Assim, quando os subsídios são destinados a ativos biológicos não passíveis de mensuração ao justo valor, tais ativos são mensurados pelo modelo do custo e os respetivos subsídios, de acordo com a NCRF 22.

### **2.4.1. NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo**

A NCRF 22 tem por base a IAS 20 - Contabilização dos Subsídios Governamentais e Divulgação de Apoios Governamentais, adotada pela UE. Ao contrário do que acontece com as outras NCRF, em que o seu conteúdo se aproxima da IAS/IFRS que estiveram na sua origem, a NCRF 22 afasta-se do disposto na IAS 20 em matérias muito relevantes, com importantes efeitos económicos, como por exemplo, no reconhecimento inicial dos subsídios ao investimento. Com efeito, a IAS 20 continua a exigir que aquele reconhecimento seja inicialmente efetuado numa conta do Passivo, tal como era preconizado no POC.

O objetivo da NCRF 22 "é o de prescrever os procedimentos que uma entidade deve aplicar na contabilização e divulgação de subsídios e apoios do Governo" (NCRF 22: §1), devendo por isso ser aplicada na contabilização e divulgação de subsídios do Governo e na divulgação de outras formas de apoio do Governo.

De acordo com o §3 da NCRF 22, excluem-se do âmbito de aplicação desta norma os problemas que surgem da contabilização dos subsídios em demonstrações financeiras que reflitam os efeitos das alterações de preços, os apoios do Governo relacionados com o rendimento coletável ou determinados com base em passivos por impostos sobre o rendimento, a participação do Governo no capital da entidade e os subsídios tratados na NCRF 17 - Agricultura.

Ao contrário do POC, a NCRF 22 apresenta, no seu § 4, algumas definições de conceitos utilizados no seu conteúdo.

**Governo:** refere-se ao Governo, agências do Governo e organismos semelhantes, sejam eles locais, nacionais ou internacionais.

**Justo valor:** é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas.

**Subsídios do Governo:** são auxílios do Governo na forma de transferência de recursos para uma entidade em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas com as atividades operacionais da entidade. Excluem as formas de apoio do Governo às quais não possa razoavelmente ser-lhes dado um valor e transações com o Governo que não se possam distinguir das transações comerciais normais da entidade. Os subsídios do Governo são muitas vezes denominados por outros nomes, como por exemplo, dotações, subvenções ou prémios.

A NCRF 22 define, ainda, no seu §4 os diferentes tipos de subsídios do Governo assim como apoios do Governo, que serão descritos neste trabalho aquando da análise do tratamento contabilístico de cada tipo de subsídio.

#### **2.4.1.1. Reconhecimento e mensuração dos subsídios em SNC**

De acordo com o §8 da NCRF 22, os subsídios do Governo, incluindo os não monetários pelo justo valor, só devem ser reconhecidos após existir segurança de que:

- a) A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e
- b) Os subsídios serão recebidos.

No entanto, o facto de um subsídio ser recebido, não implica que as condições a ele associadas tenham sido ou venham a ser cumpridas (NCRF 22: §9).

O §10 da NCRF 22 esclarece, ainda, que "a maneira pela qual um subsídio é recebido não afeta o método contabilístico a ser adotado com respeito ao subsídio. Por conseguinte, um subsídio é contabilizado da mesma maneira, quer ele seja recebido em dinheiro, quer como redução de um passivo para com o Governo."

Existe a possibilidade de uma entidade receber a totalidade, ou parte, de um subsídio e não o imputar a rendimentos. Tal poderá acontecer quando, no momento do recebimento do subsídio, a entidade tiver uma certeza razoável de que não cumprirá com as condições a ele associadas, por exemplo, não irá manter o número de postos de trabalho exigidos.

Nos termos do §11 da NCRF 22, uma vez que o subsídio do Governo seja reconhecido, qualquer contingência relacionada será tratada de acordo com a NCRF 21 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tais contingências poderão decorrer do facto de, num dado período posterior ao reconhecimento do subsídio, a entidade vir a ter certeza razoável de que não irá cumprir com parte, ou com todas, as condições associadas ao subsídio e, em consequência, seja naquele momento provável ou possível que a empresa tenha de devolver todo, ou parte, do subsídio recebido e/ou pagar uma indemnização ou juros de mora ao organismo gestor do subsídio.

Relativamente ao momento de reconhecimento do subsídio surge por vezes a dúvida se este deve ser feito aquando da assinatura do contrato ou apenas quando o projeto de investimento está totalmente concluído.

Segundo Carvalho e Azevedo (2010), na primeira hipótese, apesar de ainda não ser certo que a empresa cumprirá todas as condições associadas ao subsídio, podemos já considerar que existe uma certeza razoável, uma vez que a empresa está a assumir



que irá cumprir com as condições associadas, da mesma forma que o respetivo organismo do Governo se está a comprometer a atribuir o subsídio. Já a segunda hipótese não deve ser tomada como regra geral pois, mesmo que a empresa decida aguardar pelo encerramento do projeto, continua a não poder comprovar o cumprimento de todas as condições associadas ao subsídio, uma vez que algumas das exigências são definidas para anos posteriores à conclusão do investimento (como por exemplo, necessidade de permanência dos ativos por um determinado número de anos, após o encerramento do projeto).

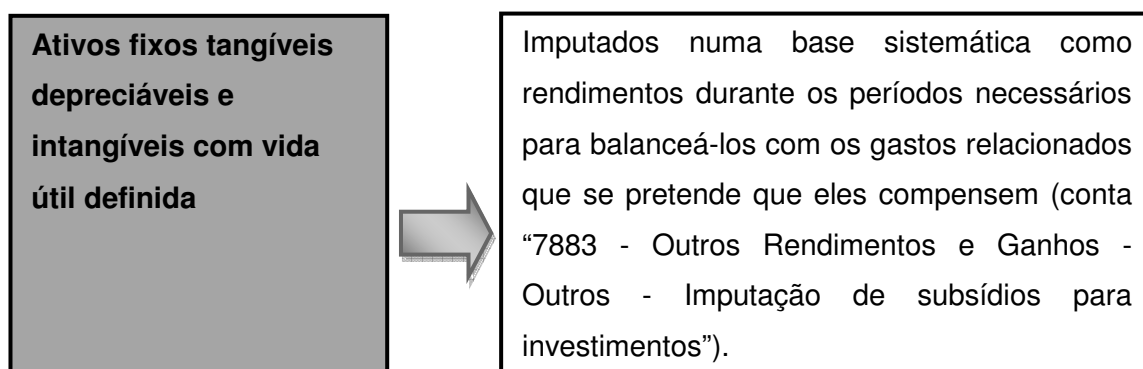
Por fim, salienta-se que o momento do recebimento do subsídio não determina por si só o reconhecimento do mesmo, já que apenas garante uma das condições de reconhecimento exigidas pela norma. Ainda assim, não é certo que o mesmo não terá de ser devolvido na fase da auditoria final.

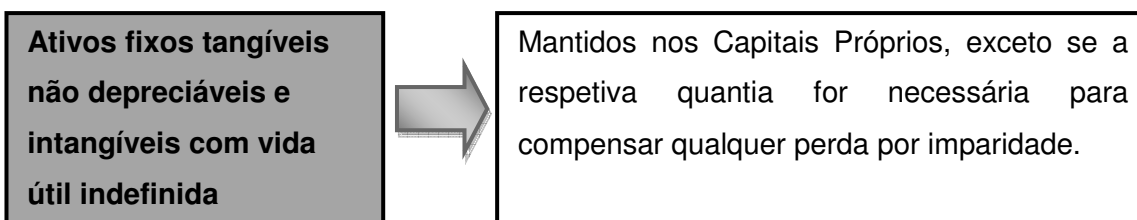
#### **2.4.1.1.1 Subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos**

A NCRF 22 (§4) descreve os subsídios relacionados com ativos como "subsídios do Governo cuja condição primordial é a de que a entidade que a eles se propõe deve comprar, construir ou por qualquer forma adquirir ativos a longo prazo." Estes subsídios podem, ainda, ter associadas determinadas condições restringindo o tipo, a localização ou mesmo o período durante os quais devem ser adquiridos ou detidos. Estes subsídios são usualmente designados como subsídios ao investimento.

Nos termos do §12 da NCRF 22, os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios, sendo depois tratados conforme o tipo de ativos a que o subsídio se refere, tal como ilustramos de seguida.

**Ilustração 1** - Subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos





Fonte: Adaptado de Carvalho e Azevedo (2010: 27)

Relativamente aos subsídios relacionados com ativos não depreciables, os mesmos podem requerer o cumprimento de certas obrigações. Nestes casos, os subsídios serão reconhecidos como rendimento durante os períodos que suportam o custo de satisfazer as obrigações. Por exemplo, um subsídio para aquisição de terrenos pode ser condicionado pela construção de um edifício no local, podendo ser apropriado reconhecê-lo como rendimento durante a vida do edifício (NCRF 22: §16).

O §14 da NCRF 22 vem reforçar a necessidade de a imputação dos subsídios a rendimentos ser feita de acordo com a base do acréscimo (conforme NCRF 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras) e não na base dos respetivos recebimentos. Esta última base é aceite pela norma, mas apenas nos casos em que não exista qualquer outra base para imputar os subsídios a rendimentos, que não seja a de os imputar aos períodos em que são recebidos. Porém, estas situações são, de acordo com a NCRF 22, muito residuais.

#### **2.4.1.1.2. Subsídios relacionados com rendimentos**

De acordo com §15 da NCRF 22, " (...) os subsídios associados ao reconhecimento de gastos específicos são reconhecidos como rédito no mesmo período do gasto relacionado". Isto significa que este tipo de subsídio, vulgarmente apelidado de subsídio à exploração, pode ter como objetivo compensar gastos, não apenas de um período mas de mais do que um período.

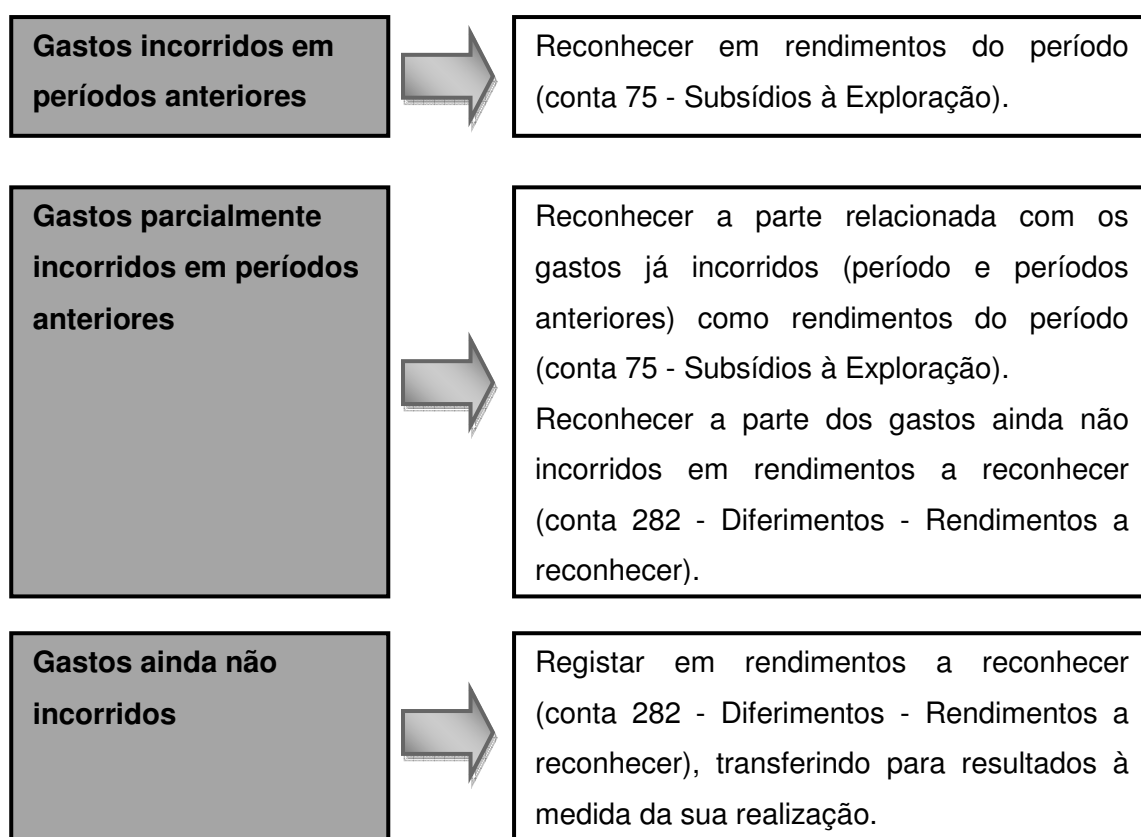
Também nestes subsídios, o reconhecimento como rendimento na base do recebimento só será aceitável se não existir qualquer outra base para imputar os subsídios aos períodos, que não seja a de os imputar aos períodos em que são recebidos (NCRF 22, §14).

Um subsídio do Governo pode tornar-se recebível por uma entidade como compensação de gastos ou perdas incorridos num período anterior. De acordo com os §§ 18 e 20 da NCRF 22, tais subsídios devem ser reconhecidos como rendimento do

período em que se tornarem recebíveis, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Assim, se o recebimento do subsídio ocorrer antes do período que pretende compensar, este deve ser diferido (“282 - Diferimentos - Rendimentos a reconhecer”) até que os gastos relacionados sejam reconhecidos. Se, pelo contrário, no período em que o subsídio é atribuível já foram incorridos parte dos gastos que o subsídio pretende compensar, deve a entidade no período da atribuição do subsídio reconhecer a parte do subsídio referente ao próprio período e ao do(s) período(s) anterior(s).

#### **Ilustração 2 - Reconhecimento de subsídios relacionados com rendimentos**



Fonte: Adaptado de Carvalho e Azevedo (2010: 35)

#### **2.4.1.1.3. Subsídios não monetários**

O §21 da NCRF 22 refere que "um subsídio do Governo pode tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da entidade. Nestas circunstâncias é usual avaliar o justo valor do ativo não

monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão de registar por uma quantia nominal."

Assim, quando o Governo atribui um subsídio mediante a transferência de um ativo, o valor do subsídio será exatamente igual ao valor do ativo.

À semelhança dos subsídios não reembolsáveis ao investimento, também este tipo de subsídios deve ser registado na conta "593 - Outras Variações de Capital Próprio - Subsídios" por contrapartida do ativo, sendo posteriormente reconhecidos como rendimentos numa base sistemática "7883 - Outros Rendimentos e Ganhos - Imputação de subsídios para investimentos".

#### **2.4.1.1.4. Subsídios reembolsáveis**

Nos termos do §13 da NCRF 22, os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, deverão ser transferidos para Capitais Próprios, de acordo com o tratamento referido anteriormente para os subsídios não reembolsáveis. Aquela transferência deve ser contabilizada como uma revisão de uma estimativa contabilística (NCRF 22: §25, nos termos do disposto na NCRF 4 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

De acordo com o §25 da NCRF 22, "o reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou relacionado com ativos deve ser aplicado em primeiro lugar em contrapartida das componentes onde se encontrem refletidas as importâncias ainda não imputadas como rendimento. Na medida em que o reembolso exceda tais componentes, ou quando estes não existam, o reembolso deve ser reconhecido imediatamente como um gasto".

Assim, se uma entidade não cumprir as obrigações pré-estabelecidas para a atribuição do subsídio, pode ser obrigada a restituir, no todo ou em parte, um subsídio não reembolsável recebido anteriormente, devendo registar o reembolso de acordo com o tipo de subsídio:

- **Subsídio relacionado com ativos:** o seu reembolso deve ser reconhecido por contrapartida de um débito da conta "593 - Outras Variações de Capital Próprio - Subsídios" até esgotar o seu saldo, isto é, até ao montante que ainda não foi

imputado a resultados. Nos casos em que o reembolso é superior ao saldo da conta 593, ou este não existir, deve ser registado por débito da conta “296 - Provisões - Contratos Onerosos” e/ou da conta “6888 - Outros Gastos e Perdas - Outros não especificados”.

- **Subsídio relacionado com rendimentos:** o reembolso deve ser efetuado por contrapartida de um débito na conta “282 - Diferimentos - Rendimentos a reconhecer”, ou, no caso de estes não existirem ou serem insuficientes, o reembolso deverá ser registado a débito da conta “296 - Provisões - Contratos Onerosos” (se existir) ou contabilizado como um gasto, por débito da conta “6888 - Outros Gastos e Perdas - Outros não especificados”.

#### **2.4.1.2. Apresentação de subsídios do Governo**

De acordo com o §22 da NCRF 22, os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do capital próprio (conta “593 - Outras variações no capital próprio – Subsídios”), e imputados como rendimentos do período numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo (conta “7883 - Outros Rendimentos e Ganhos - Outros - Imputação de subsídios para investimentos”).

A compra de ativos e o recebimento dos subsídios relacionados devem ser divulgados como itens separados na demonstração de fluxos de caixa, a fim de mostrar o investimento bruto em ativos (NCRF 22: §23).

No que respeita aos subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse exercício, exceto se se destinarem a financiar *deficits* de períodos futuros, caso em que se imputam ao respetivo exercício. Estes subsídios (à exploração) devem ser apresentados separadamente, como tal, na demonstração dos resultados (NCRF 22: §24).

#### **2.4.1.3. Apoios do Governo**

A NCRF 22, no seu §4, define apoio do Governo como uma "ação concebida pelo Governo para proporcionar benefícios económicos específicos a uma entidade ou a uma categoria de entidades que a eles se propõe segundo certos critérios". Deste modo, o objetivo dos apoios do Governo pode ser o de encorajar uma entidade a seguir um certo rumo, que normalmente não seguiria se o apoio não fosse proporcionado (NCRF 22: §5).

Para os fins da NCRF 22, o apoio do Governo não inclui os benefícios que sejam única e indiretamente proporcionados por ações que afetem as condições comerciais gerais, como o fornecimento de infraestruturas em áreas de desenvolvimento ou a imposição de restrições comerciais sobre concorrentes.

De acordo com o §30 da NCRF 22, o apoio do Governo também não inclui o fornecimento de infraestruturas através da melhoria da rede de transportes e comunicações e o fornecimento de meios melhorados, como irrigação ou redes de água que fiquem disponíveis numa base contínua, e indeterminada, para o benefício de toda uma comunidade local.

São, ainda, excluídas da definição de apoio do Governo certas formas de apoio que não possam ter um valor razoavelmente atribuído, assim como as transações com o Governo que não possam ser distinguidas das operações comerciais normais da entidade (NCRF 22: §26).

São, assim, exemplos de apoios excluídos da definição de apoio do Governo:

- Conselhos técnicos e de comercialização gratuitos e a concessão de garantias por não se poder atribuir um valor de maneira razoável;
- A política de aquisições do Governo a qual seja responsável por parte das vendas da entidade, pois não pode ser distinguida das suas operações comerciais normais.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juro baixos são exemplos de apoios do Governo. Estes benefícios dos exemplos anteriores podem ser de tal maneira significativos que seja necessária a divulgação da natureza, extensão e duração do apoio, de modo a que as demonstrações financeiras não sejam enganosas (NCRF 22: §28). Esta divulgação deve ser efetuada no Anexo.

#### **2.4.1.4. Divulgações**

O §31 da NCRF 22 estabelece que devem ser divulgados no Anexo os seguintes assuntos:

- A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras. A entidade deve descrever como e quando contabiliza os subsídios do Governo, assim como as contas onde estes são apresentados nas demonstrações financeiras.
- A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e a indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado. Ou seja, a entidade deve divulgar se beneficiou de um subsídio reembolsável ou não reembolsável, e se este está relacionado com ativos ou com rendimentos, assim como o valor atribuído. Deve ainda divulgar no Anexo qualquer tipo de apoio do Governo de que tenha beneficiado.
- Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas. Aquando da elaboração das demonstrações financeiras, se a entidade tiver conhecimento de que não irá cumprir alguma das condições associadas ao subsídio, deve divulgar tal facto no Anexo.

#### **2.4.2. NCRF 17 - Agricultura**

A NCRF 17, relacionada com a atividade agrícola, revela-se importante para este estudo na medida em que deve ser aplicada na contabilização de subsídios governamentais associados aos ativos biológicos enquadrados nos seus §§ 35 e 36.

Esta norma prevê a existência de subsídios do Governo condicionais e não condicionais que se relacionem com ativos biológicos, mas apenas quando estes são mensurados pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda. Com efeito, quando não for possível determinar o justo valor do ativo biológico com fiabilidade, este deve ser mensurado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, e os respetivos subsídios

do Governo são contabilizados de acordo com o disposto na NCRF 22, e não na NCRF 17.

De acordo com o §35 da NCRF 17, "um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, deve ser reconhecido como rendimento quando, e somente quando, o subsídio do Governo se torne recebível".

Por sua vez, quando um subsídio do Governo relacionado com ativos biológicos, mensurados pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, for condicional, a entidade deve reconhecer o subsídio do Governo como rendimentos quando, e somente quando, tenham sido cumpridas as condições ligadas ao subsídio (NCRF 17: §36).

Relativamente aos subsídios condicionais, os termos e condições podem variar. Por exemplo, um subsídio governamental pode ter como condição a obrigatoriedade de uma entidade cultivar num dado local durante cinco anos, exigindo que esta devolva a totalidade do subsídio se cultivar durante menos do que os cinco anos. Neste caso, o subsídio só será reconhecido como rendimento no final dos cinco anos. No entanto, pode ser permitido que parte do subsídio seja retida com base na passagem do tempo, situação em que a entidade reconhecerá o subsídio do Governo como rendimento numa base proporcional ao tempo (NCRF 17: §37).

Nos termos do previsto no §50 da NCRF 17, uma entidade deve divulgar no Anexo os seguintes aspetos:

- a) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras. Tal como na NCRF 22, é exigido que as entidades divulguem o tipo de subsídios que lhes foi atribuído e o respetivo valor.
- b) Condições não cumpridas e outras contingências ligadas ao subsídio do Governo. Ou seja, se à data da elaboração das demonstrações financeiras a entidade tiver conhecimento de que não irá cumprir a totalidade ou parte, das condições associadas à atribuição do subsídio, deve divulgar tal facto no Anexo.



- c) Diminuições significativas que se esperam no nível dos subsídios do Governo. Face à atividade de cada entidade, estas podem esperar uma diminuição dos subsídios atribuídos pelo Governo, devendo divulgar no Anexo essa expectativa.

### **2.4.3. Contabilização dos subsídios na NCRF-PE e na NC-ME**

Relativamente aos subsídios e apoios do Governo, os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação, tratados no capítulo 14 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo, da Norma Contabilística e de Relato Financeiro - Pequenas Entidades (NCRF-PE), são muito similares aos já analisados da NCRF 22.

As únicas diferenças entre as normas prendem-se com o menor desenvolvimento na redação das políticas e critérios de reconhecimento e mensuração, assim como um menor número de orientações e exemplos no conteúdo da NCRF-PE.

Por outro lado, como as entidades que adotam a NCRF-PE estão dispensadas da elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa, não lhes é exigida a apresentação da compra de ativos e do recebimento dos subsídios como itens separados daquela demonstração, ao contrário do que sucede nas empresas que aplicam a NCRF 22.

A contabilização dos subsídios numa entidade que adote a NCRF-PE não dá lugar ao reconhecimento de impostos diferidos, pelo que o §16.1 da NCRF-PE estabelece que o tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é, salvo disposição específica, o método do imposto a pagar.

O tratamento contabilístico dos subsídios do Governo nas microentidades está previsto no capítulo 14 - Contabilização dos subsídios do Governo, da Norma Contabilística Microentidades (NC-ME), sendo o seu conteúdo muito similar ao da NCRF-PE. Neste capítulo estão condensados os principais aspetos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos subsídios extraídos da NCRF 22, tidos como requisitos mínimos necessários às ME.

Uma vez que o âmbito do nosso trabalho se circunscreve à aplicação do modelo geral do SNC na elaboração das contas individuais das entidades, não apresentamos uma análise mais aprofundada ao tratamento contabilístico dos subsídios nas entidades que adotem a NCRF-PE e a NC-ME.



### **3. REVISÃO DA LITERATURA**

A adoção das IAS/IFRS foi objeto de inúmeros estudos que procuraram explicar as motivações que levam as empresas a optar por estas normas em detrimento das normas locais. Algumas empresas fizeram-no de forma espontânea, enquanto outras se limitaram a cumprir o disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002. Neste capítulo são apresentados diversos estudos já realizados acerca desta temática, no intuito de avaliar a importância destas normas para as empresas, sendo também abordados alguns estudos relativos ao impacto da adoção do SNC em Portugal.

Uma das características mais notórias destas normas é o seu elevado nível de requisitos de divulgação, sendo este objeto de diversos estudos que procuram avaliar, não só o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação exigidos pelas normas, como também as características das empresas que mais cumprem.

Relativamente aos subsídios governamentais, são muito poucos os estudos existentes, pelo que esperamos que o nosso estudo acrescente algo de novo à literatura existente.

#### **3.1. Estudos sobre adoção das normas do IASB**

Um dos passos mais importantes no processo de harmonização contabilística foi a publicação, pela UE, do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, relativo à aplicação obrigatória das IAS/IFRS às empresas com valores cotados na elaboração das suas contas consolidadas a partir de 1 de janeiro de 2005.

No entanto, muitas empresas anteciparam-se a esta obrigatoriedade e adotaram voluntariamente as IAS/IFRS antes de 2005. Esta adoção voluntária foi objeto de estudo por diversos autores (El Gazzar *et al.*, 1999; Ashbaugh, 2001) que investigaram a relevância das IAS/IFRS versus normas nacionais.

El Gazzar *et al.* (1999) consideram que o acesso a mercados estrangeiros de capitais e as políticas de financiamento, não são as únicas razões que levam as empresas a adotar voluntariamente as IAS, o que os incentivou a investigar as características das empresas multinacionais que o fazem de forma voluntária, assim como as motivações subjacentes. Os autores tomaram como variáveis do estudo, a dependência de

capitais estrangeiros, nomeadamente o número de bolsas estrangeiras listadas e o rácio de financiamento, e o facto de as empresas estarem inseridas na UE.

Estas variáveis foram testadas numa amostra de 87 empresas que adotaram as normas do IASB, e outra de 87 empresas que usam um normativo diverso das IAS/IFRS. Os resultados do estudo demonstram que as empresas estão motivadas a adotarem voluntariamente as normas internacionais de forma a melhorar a informação divulgada aos investidores e, conseqüentemente, assegurar a entrada de capitais estrangeiros e reduzir os custos de divulgação, e análise, da informação financeira.

Ashbaugh (2001) analisou os fatores associados à adoção voluntária das IAS ou dos US-GAAP, por empresas não americanas, em detrimento das normas contabilísticas nacionais de cada país. A autora selecionou os relatórios anuais do ano de 1993 de 211 empresas, de 17 países, com valores cotados na SEAQ - *Stock Exchange Automated Quotation* de Londres, em 31 de março de 1994. Os resultados obtidos demonstram que as empresas optaram por preparar a sua informação financeira de acordo com as IAS ou US-GAAP quando as suas ações estão cotadas em mais do que um mercado de capitais internacional e quando a sua aplicação gera informação financeira mais estandardizada em relação às normas nacionais. Concluiu, ainda, que as empresas tendem a aplicar as IAS quando participam de ofertas públicas de capital e quando a aplicação dos US-GAAP exigem maiores mudanças nos critérios de reconhecimento comparativamente com as normas nacionais. Por outro lado, a maioria das empresas que reportaram informação financeira de acordo com as IAS está situada em França, Finlândia, Suíça e Suécia, enquanto as empresas que optaram pela adoção dos US GAAP estão localizadas no Japão.

A aplicação obrigatória das IAS/IFRS após a entrada em vigor do Regulamento 1606/2002 foi também objeto de estudo por diversos autores (e.g. Callao *et al.*, 2007; Lopes e Viana, 2008).

Callao *et al.* (2007) analisaram o impacto da adoção das normas do IASB em empresas espanholas com valores cotados no índice IBEX-35. Os autores analisaram as diferenças existentes entre os dois normativos, IAS/IFRS e PGCE, nos itens das demonstrações financeiras e nos rácios financeiros, de modo a avaliarem o efeito da adoção das IAS/IFRS na comparação e relevância do relato financeiro. Os resultados do estudo demonstram que existe diferença entre o valor contabilístico da empresa e o valor de mercado em ambos os normativos, sendo maior a diferença quando aplicadas as IAS/IFRS. Foram também encontradas diferenças significativas nas rubricas de

devedores, disponibilidades, ativos correntes, capital próprio, passivos de longo prazo, passivos totais e nos rácios de liquidez reduzida, liquidez imediata, solvência e *debt-to-equity*.

Lopes e Viana (2008) analisaram o processo de transição para as IAS/IFRS de empresas portuguesas com valores cotados na bolsa de Lisboa em 2004. Os resultados do estudo sugerem que o objetivo de comparabilidade, relevância e compreensibilidade definidos pela recomendação do *Committee of European Securities Regulators* (CESR) não foram alcançados e que os itens que sofreram maior impacto foram o reconhecimento de intangíveis, tratamento contabilístico do *goodwill* e dos instrumentos financeiros. Concluíram, ainda, que as normas portuguesas então em vigor eram mais conservadoras do que as IAS/IFRS.

Os impactos da adoção do SNC, cujas normas que o compõem (NCRF) são muito próximas das IAS/IFRS foram já objeto de alguns estudos (Machado, 2012; Duarte, 2010) cujos resultados serão certamente semelhantes aos dos estudos sobre o impacto da adoção das IAS/IFRS.

Duarte (2010) analisou o impacto da transição do POC Educação para o SNC na Universidade do Porto, no ano de 2009. O impacto foi estudado ao nível da posição financeira da entidade, através da análise do tratamento contabilístico preconizado no SNC para as rubricas de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis, Provisões, Subsídios do Governo, Custos Extraordinários, Proveitos Extraordinários e Imparidade de ativos e dos possíveis ajustamentos de transição. A análise foi feita também ao nível de determinados rácios e indicadores financeiros e económicos. Os resultados do estudo revelam que a alteração de normativo tem um impacto materialmente relevante na posição financeira da entidade, evidenciando uma diminuição do passivo e um aumento do ativo e do capital próprio, este último provocado pelo impacto da rubrica de subsídios. O impacto foi positivo nas rubricas de subsídios, ativos fixos tangíveis e resultados operacionais, e negativo nos diferimentos, provisões e resultados extraordinários. A autora recalculou os rácios de autonomia financeira e endividamento e os indicadores cash-flow e *Earnings Before Interest Taxes Depreciation and Amortization* (EBITDA), e concluiu que a rubrica de subsídios ao investimento originou um aumento de 20% no rácio de autonomia financeira.

Machado (2012) analisou o impacto da transição do POC para o SNC, na comparabilidade da informação financeira em Pequenas e Médias Empresas de excelência em Portugal. Os resultados do estudo demonstram que existem diferenças

significativas em diversas rubricas do balanço, tais como ativos fixos tangíveis, reservas e resultados transitados, dívidas a terceiros não correntes, passivos por impostos diferidos e dívidas a terceiros correntes. Relativamente às rubricas agregadas do balanço e da demonstração dos resultados, bem como aos rácios, não foram encontradas diferenças significativas. Não se verificou igualmente, impacto significativo nos resultados líquidos e nos capitais próprios.

Face à competitividade a que as empresas estão sujeitas, muitas empresas harmonizaram as suas práticas contabilísticas espontaneamente, mesmo antes de qualquer imposição de adoção das normas do IASB. De acordo com os estudos analisados, as empresas que adotaram voluntariamente as IAS/IFRS fizeram-no com o intuito de obter mais facilmente o acesso a mercados de capitais estrangeiros e de reduzir os custos de divulgação e análise da informação financeira.

Dos estudos analisados acerca da adoção obrigatória das IAS/IFRS, concluímos que a alteração das políticas contabilísticas leva a alterações significativas em diversas rubricas, tais como, capital próprio, passivos, ativos correntes, entre outros. O tratamento contabilístico do *goodwill* e dos instrumentos financeiros foi outra das alterações verificadas. Porém, ao nível dos subsídios, não parece ter existido grandes impactos.

Em Portugal, os estudos sobre o impacto da adoção do SNC são contraditórios em alguns aspetos. Enquanto Duarte (2010) verificou uma diminuição do passivo e aumento do ativo e capital próprio, assim como um aumento do rácio de autonomia financeira, Machado (2012) não verificou alterações significativas nestas rubricas agregadas, nem nos rácios, apenas em algumas rubricas, como, ativos fixos tangíveis, resultados transitados, dívidas a terceiros, entre outros.

### **3.2. Estudos sobre cumprimento dos requisitos de divulgação e respetivos determinantes**

Existem inúmeros estudos sobre o cumprimento dos requisitos de divulgação impostos pelas IAS/IFRS. Determinados estudos analisaram as características das empresas que estão associadas a um maior grau de divulgação (Hackston e Milne, 1996; Street e Bryant, 2000; Healy e Palepu, 2001; Street e Gray, 2002; Glaum e Street, 2003; Arcay e Vásquez, 2005; Francis *et al.*, 2005; Guerreiro, 2006; Iatridis, 2006; Oliveira, *et al.*, 2006; Lopes e Rodrigues, 2010; Omar e Simon, 2011; Vieira e Pinho, 2011).

Outros relacionaram o nível de divulgação com as características de cada país (Jaggi e Law, 2000; Petersen e Plenborg, 2000; Archambault e Archambault, 2003; Dahawy e Conover; 2007; Akman, 2011; Lucas, 2011).

Hackston e Milne (1996) avaliaram as práticas de divulgação das 50 maiores empresas da Nova Zelândia no ano de 1992 e, baseados em diversos estudos anteriores<sup>4</sup>, definiram como variáveis da investigação o tamanho, a indústria, a rentabilidade, o país de residência e o relato financeiro. Este estudo veio evidenciar a existência de uma relação entre o tamanho das empresas e o tipo de indústria a que pertencem, com o nível de divulgação e mostrar que a rentabilidade não é um fator determinante do grau de divulgação das empresas. O estudo concluiu, também, que o tamanho e a indústria, por si só, podem não ser suficientes para aferir acerca do grau de divulgação mas conjugados entre si (tamanho-indústria-divulgação) providenciam informação suficiente aos investidores sobre o risco da empresa.

O cumprimento dos requisitos de divulgação foi analisado nos Estados Unidos da América por Street e Bryant (2000) sobre 41 empresas com valores cotados nos mercados financeiros NYSE ou NASDAQ e que adotam as IAS/IFRS no relato financeiro, e 41 empresas que, adotando as IAS/IFRS, não têm valores cotados em bolsa. Avaliaram, ainda, os fatores que mais influenciaram os níveis de divulgação. Foram definidas diversas variáveis, tais como tamanho da empresa, cotação em mercado de valores, tipo de indústria, rentabilidade, uso das IAS/IFRS na preparação as demonstrações financeiras e opinião do auditor e uso das *International Standards on Auditing* (ISA) no trabalho de auditoria. Os autores concluíram que, para empresas que usam as IAS/IFRS, o nível de cumprimento na divulgação é maior nas empresas com valores cotados e quando foram usadas as ISA no trabalho de auditoria.

Healy e Palepu (2001) analisaram vários estudos publicados sobre divulgações de empresas com valores cotados. Uma das questões analisadas pelos autores foi a relação entre a informação financeira e a variação do preço das ações. Dos estudos analisados, os autores constataram que a regulamentação do relato financeiro proporciona informação atualizada e relevante aos investidores e, por isso, está associada à variação dos preços das ações. A divulgação desta informação varia consoante as características das empresas e dos países.

Outra característica considerada pelos autores na revisão dos diversos estudos é o papel do auditor no processo de divulgação. Uma vez que são os auditores que

---

<sup>4</sup> É feita uma análise pormenorizada destes estudos no trabalho de Hackston e Milne (1996).

asseguram a conformidade das contas das empresas com as normas contabilísticas, muitos investidores exigem às empresas um auditor independente como condição de financiamento, de modo a tornar mais credível a informação prestada.

Foram encontradas diversas razões que levam a gestão a fazer, ou não, divulgações voluntárias. A primeira, transações no mercado de capitais, é referenciada no estudo de Lang e Lundholm (1997), citado por Healy e Palepu (2001, p.421), no qual verificaram que, nas empresas que emitem ofertas de ações, há um acréscimo de divulgações, nomeadamente nos seis meses anteriores à oferta. Também citados pelos autores, Healy *et al.* (1999a) verificaram que as empresas que têm maior grau de divulgação apresentam uma oferta de dívida pública anormalmente elevada.

Outra das razões encontradas Healy e Palepu (2001), para serem feitas divulgações voluntárias é o facto de a administração poder explicar o desempenho da empresa, sobretudo quando esta tem maus resultados ou quando tem intenção de negociar as suas participações de modo a aumentar a liquidez das suas ações.

Healy e Palepu (2001) verificaram, ainda, a existência de três efeitos das divulgações voluntárias nas empresas com valores cotados: maior liquidez das ações; redução dos custos de capital; e maior seguimento da empresa por analistas financeiros. Além das características das empresas, também as características dos países estão associadas aos níveis de divulgações feitas pelas empresas.

Street e Gray (2002) analisaram os relatórios de empresas que adotam as IAS/IFRS e avaliaram o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação das normas e os fatores determinantes desse cumprimento. Os autores verificaram que associadas ao cumprimento estão determinadas características empresariais como a dimensão, a cotação de valores em mercados estrangeiros, o tipo de auditor, o país de domicílio, a indústria e o tipo de referência às IAS/IFRS. Concluíram que as empresas com valores cotados em bolsas estrangeiras, que pertencem às indústrias dos transportes, telecomunicações e eletrónica, que são auditadas pelas, então, chamadas "Big 5", e que referem a utilização exclusiva das IAS/IFRS, apresentam um elevado nível de cumprimento dos requisitos de divulgação, assim como as empresas domiciliadas na China e Suíça. Por outro lado, as empresas domiciliadas em França e Alemanha apresentam um menor grau de cumprimento dos requisitos de divulgação.

Glaum e Street (2003) analisaram o cumprimento das IAS/IFRS e dos US-GAAP em empresas com valores cotados no mercado de valores alemão. O estudo incidiu sobre os relatórios financeiros do ano 2000, de 100 empresas que adotam as IAS/IFRS e de



100 empresas que adotam os US-GAAP. Os autores verificaram a existência de um menor nível de cumprimento dos requisitos de divulgação em empresas que adotam as IAS/IFRS comparativamente com as empresas que adotam os US-GAAP. Concluíram, ainda, que o nível de divulgação está relacionado com o facto de as empresas serem auditadas por uma das, então, 5 maiores empresas internacionais de auditoria e pela referência na opinião do auditor ao uso das ISA.

Arcay e Vásquez (2005) analisaram também a relação entre as características das empresas espanholas com valores cotados na bolsa espanhola e o nível de divulgação. Concluíram que existem determinadas características, como o tamanho da empresa, o facto de terem valores cotados em bolsas estrangeiras, a adoção de boas práticas de gestão, a existência de diretores independentes e equipas de auditoria que exercem uma influência significativa na divulgações voluntárias das empresas.

Francis *et al.* (2005) testaram a evidência, relatada em estudos anteriores, de que as empresas com maior dependência de financiamento externo apresentam elevados níveis de divulgação, o que leva a um menor custo de financiamento. Os autores selecionaram uma amostra de empresas de 34 países, e 18 setores industriais, e obtiveram resultados coerentes com os estudos anteriores. As necessidades de financiamento externo levam a um maior nível de divulgação por parte das empresas e, por sua vez, uma política de divulgação alargada leva a um menor custo de capital e à redução de assimetria de informação. Estes resultados são extensíveis aos diversos modelos contabilísticos existentes.

Guerreiro (2006) analisou as características das empresas portuguesas que, em 2004, seguiram a recomendação do CERS que encorajava a divulgação de informação quantitativa nas demonstrações financeiras, sobre o impacto da adoção das IAS/IFRS. Concluiu que apenas uma minoria das empresas seguiu a recomendação, tendo a maioria fornecido informação qualitativa sobre o impacto das IAS/IFRS. De acordo com a autora, "são as empresas com maior dimensão, maior nível de internacionalização, auditadas por empresas internacionais e com menores rácios de endividamento, aquelas que apresentam maiores níveis de divulgação". Também o tipo de auditor é um fator determinante do nível de divulgação o que é consistente com a maior familiarização que as empresas internacionais de auditoria têm com as IAS/IFRS e com a reputação de qualidade que pretendem manter. As empresas com maiores rácios de endividamento apresentam um menor nível de divulgação, típico das empresas portuguesas que mantêm com os bancos, seus principais financiadores, uma relação de proximidade. Contrariamente, as empresas que obtêm financiamento

a partir dos seus capitais próprios reconhecem a importância das normas internacionais e da comunicação com os seus investidores através do relato financeiro.

As características das empresas com maior grau de divulgação do Reino Unido foram estudadas por Iatridis (2006). O autor verificou que as grandes empresas, ou empresas em crescimento, têm um elevado nível de divulgação, fornecendo as informações necessárias aos participantes de capital e, assim, aumentar o financiamento nos mercados. Concluiu, ainda, que a adoção das normas internacionais de contabilidade aumenta a qualidade, fiabilidade e comparabilidade da informação financeira, facilitando o acesso a capital estrangeiro.

Oliveira *et al.* (2006) desenvolveram um estudo com o objetivo de analisar as características das empresas que divulgam voluntariamente informações relacionadas com intangíveis. Os autores construíram um índice de divulgação de intangíveis com base nos relatórios de 56 empresas com valores cotados na *Euronext Lisbon* em 31 de dezembro de 2003 e desenvolveram várias hipóteses de associação entre o índice e as características das empresas. Os resultados do estudo revelaram que as características das empresas com maior nível de divulgação são: o tamanho, concentração de capital, indústria, tipo de auditor e ter valores cotados em mercados de capitais.

Lopes e Rodrigues (2007) analisaram os determinantes do nível de divulgação de instrumentos financeiros em empresas portuguesas com valores cotados em bolsa. Para cada empresa da amostra, elaboraram um índice de divulgação conforme os requisitos exigidos nas IAS 32 e IAS 39 e verificaram que as maiores empresas, com valores cotados em mais do que um mercado de capitais e auditadas por empresas internacionais de auditoria, apresentam um maior grau de cumprimento dos requisitos de divulgação exigidos pelas normas. Por outro lado, os autores não encontraram influência significativa da estrutura do governo das sociedades e de capital.

Omar e Simon (2011) estudaram, também, a relação entre as características das empresas com valores cotados no mercado da Jordânia e as divulgações obrigatórias e voluntárias das empresas. Os resultados deste estudo demonstraram um grau de cumprimento de cerca de 83% para as divulgações obrigatórias e 34% para as voluntárias. Tal como nos estudos referidos anteriormente, o tamanho da empresa, a rentabilidade, o tipo empresa de auditoria e o facto de estar cotada na bolsa são as características mais significativas na associação ao grau de divulgação.

Vieira e Pinho (2011) analisaram as práticas de divulgação de empresas portuguesas e belgas com valores cotados na *Euronext Lisbon*, com o objetivo de obter evidência do impacto da transparência na volatilidade do preço das ações. O estudo permitiu concluir que as empresas portuguesas são menos transparentes dando mais valor ao cumprimento das políticas contabilísticas enquanto as empresas belgas são mais transparentes relativamente à estrutura da empresa. Os resultados demonstram, ainda, uma associação significativa entre o tamanho, a rentabilidade, a oferta de capital e o nível de divulgação das empresas.

Na análise dos relatórios anuais não foi encontrada evidência de que a transparência e a volatilidade dos preços das ações estejam interligadas. No entanto, analisando os relatórios trimestrais foi possível concluir que existe uma associação negativa entre as duas variáveis no segundo trimestre, sugerindo que quanto maior a transparência, menor a volatilidade do preço. Por outro lado, o tamanho das empresas portuguesas parece estar relacionado com a volatilidade dos preços, pelo que quanto maior for a empresa, maior a volatilidade do preço das ações.

Além das características das empresas, também as características dos países estão associadas aos níveis de divulgações feitas pelas empresas.

Jaggi e Law (2000) estabeleceram como principal objetivo do seu estudo a avaliação do impacto do sistema legal e dos valores culturais nas divulgações financeiras de empresas de 6 países. De entre as 401 empresas que constituíram a amostra, 314 eram multinacionais. Os resultados do estudo indicaram que os países com sistema *common law*, como o Canadá, Estados Unidos e Reino Unido, estão associados a um maior nível de divulgação, comparativamente com países com sistema *code law*, como a França, Alemanha e Japão. Concluíram, ainda, que o impacto dos valores culturais nas divulgações é insignificante, quer para as empresas em geral, quer para as multinacionais. Os autores defendem que as divulgações em países *common law* são influenciadas pelas necessidades de informação da própria estrutura da empresa, estrutura de capital e do nível de desenvolvimento do mercado de capitais em que atua.

Petersen e Plenborg (2000) estudaram o comportamento das empresas com valores cotados na bolsa de valores da Dinamarca e verificaram que houve um acréscimo do nível de divulgação de cerca de 40% no período 1997-2000. Os autores verificaram uma associação negativa entre o nível de divulgação e a assimetria de informação, pelo que, quanto mais informação for divulgada, maior a atenção dos investidores, o

que pode levar a uma redução do custo de capital e a um aumento dos preços das ações.

Archambault e Archambault (2003) desenvolveram um modelo onde consideraram a cultura, o sistema político e económico e o sistema corporativo financeiro e operacional, como fatores determinantes das divulgações das empresas e testaram-no em 33 países. Este estudo demonstra que as divulgações são um processo complexo, influenciado por um amplo conjunto de fatores que variam entre países (por influência da cultura e dos sistemas político e económico) e entre empresas do mesmo país (por força do sistema corporativo).

Dahawy e Conover (2007) estudaram o nível de cumprimento dos requisitos de divulgação de empresas egípcias, com valores cotados em bolsa, que adotaram as IAS/IFRS e relacionaram-no com valores culturais do país, nomeadamente o sigilo. Os autores verificaram que esta é uma característica bastante enraizada na cultura egípcia, o que leva a um nível de divulgação consideravelmente mais baixo do que é requerido pelas IAS/IFRS. Concluíram, ainda, que as empresas são seletivas na implementação das normas, não cumprindo aquelas que entrem em conflito com fatores socioeconómicos do Egipto.

Akman (2011) analisou os relatórios de empresas de 6 países (Austrália, França, Alemanha, Itália, Holanda e Inglaterra) dos períodos de 2004 a 2006, com o propósito de avaliar se as diferenças na informação financeira provocadas pelas diferenças culturais de cada país diminuíram com a adoção das normas internacionais. O estudo revelou que a cultura continua a ter um forte impacto no nível de divulgação em cada país, mesmo após a adoção das IAS/IFRS, verificando-se, no entanto, um acréscimo do nível de divulgação em todos os países estudados. De acordo com o autor, a utilização das mesmas normas contabilísticas não elimina completamente as diferenças nas divulgações das empresas, uma vez que estas continuam a divulgar informação de acordo com os seus padrões culturais.

Lucas (2011) analisou as características das empresas, e dos países, que influenciam o nível de cumprimento dos requisitos de divulgação em empresas com valores cotados na UE. O estudo veio revelar que as empresas localizadas em países com sistemas *common law* têm um elevado nível de cumprimento dos requisitos de divulgação, o qual é mais baixo nas empresas com sistema *civil law*. O estudo sugere, ainda, que a Rendibilidade dos Ativos é o fator determinante em países com sistemas *common law* e *civil law* escandinavo e alemão, enquanto o rácio de Alavancagem

Financeira é o que mais influencia o nível de divulgação em países com sistema *civil law* francês.

Da análise dos estudos anteriores, podemos concluir que existem diversos fatores associados ao cumprimento dos requisitos de divulgação exigidos pelas IAS/IFRS, tais como, a dimensão da empresa, cotação em mercado de valores, tipo de auditor, rácio de endividamento e país de domicílio. Assim, empresas de grandes dimensões, com maior nível de internacionalização, com valores cotados e auditadas por uma empresa internacional de auditoria apresentam níveis elevados de cumprimento dos requisitos de divulgação. O rácio de endividamento é também um fator importante na divulgação de informação pelas empresas, pois se estas tiverem um elevado nível de endividamento, tendem, naturalmente, a diminuir o seu nível de divulgação de informação.

O país de domicílio influencia também o nível de divulgação por parte das empresas, na medida em que estas divulgam de acordo com os padrões culturais de cada país. Empresas domiciliadas em países com sistema *common law* têm um elevado nível de cumprimento com os requisitos de divulgação, ao contrário das empresas domiciliadas em países com sistema *civil law*.

### **3.3. Estudos sobre subsídios do Governo**

Os estudos empíricos sobre a contabilização dos subsídios governamentais são, tanto quanto conseguimos apurar, muito escassos, pelo que não encontrámos qualquer estudo a nível internacional relacionado com este tema. Em Portugal encontrámos apenas dois estudos (Barroca, 2011; Mendes, 2011) sobre o impacto da adoção da NCRF 22, que serão apresentados de seguida.

Barroca (2011) analisou o potencial impacto da adoção da NCRF 22 no capital próprio de empresas da região de Aveiro que beneficiaram de subsídios do QREN nos anos de 2008 e 2009. Os resultados do estudo demonstram que, com a alteração das políticas contabilísticas relativas aos subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, os capitais próprios irão sofrer um incremento uma vez que estes subsídios passarão a ser inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, em vez de serem reconhecidos no passivo.

Segundo Barroca (2011), a aplicação da NCRF 22 irá proporcionar um relato financeiro mais moderno e internacional melhorando a informação financeira e permitindo a apresentação de melhores rácios financeiros, tais como, autonomia financeira e solvabilidade. A autora salienta que "nos casos em que o subsídio seja imputado, numa base sistemática, a outros rendimentos e ganhos, por contrapartida da conta de capital próprio, o capital próprio diminuirá com a passagem da vida útil dos ativos afetos ao subsídio" (Barroca, 2011, p.72). Tendo em conta que esses ativos são adquiridos com a finalidade de gerarem rendimento/resultado, o valor imputado retorna ao capital próprio através dos resultados desse mesmo período.

Mendes (2011) analisou o efetivo impacto da NCRF 22 e respetivas implicações fiscais e de auditoria. Tal como Barroca (2011), a autora concluiu que a principal diferença na contabilização dos subsídios relativamente ao normativo anterior respeita aos subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, ao estipular que os mesmos devem ser inicialmente reconhecidos no Capital Próprio e, posteriormente, como Rendimento durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. As alterações contabilísticas aos subsídios não reembolsáveis associados a ativos depreciables vão favorecer os indicadores financeiros, nomeadamente o rácio de autonomia financeira, importante para o trabalho de auditoria uma vez que nas suas condições de exigibilidade a empresa tem de demonstrar uma situação económica - financeira equilibrada. A nível fiscal, não se registam alterações, sendo os subsídios do Governo incluídos no lucro tributável do IRC.

Atendendo aos estudos anteriores sobre subsídios, uma vez que estes foram direcionados para o impacto da adoção da NCRF 22 nos capitais próprios das entidades, julgamos importante a realização de um estudo que permita identificar o nível de cumprimento dos requisitos de divulgação exigidos pelas normas que regulam os subsídios do Governo, concretamente as NCRF 22 e NCRF 17.

Contrariamente aos estudos anteriores, sobre o cumprimento dos requisitos de divulgação, que abordam a generalidade das IAS/IFRS, este estudo abrange apenas as normas que tratam os subsídios nos primeiros anos de adoção do SNC.

## 4. ESTUDO EMPÍRICO

### 4.1. Objetivos do estudo

Este estudo tem como objetivo analisar até que ponto as empresas que adotaram o SNC, nos períodos económicos de 2010 e 2011, cumpriram com os requisitos de divulgação relacionados com os Subsídios e Apoios do Governo. O estudo pretende, ainda, descrever as políticas contabilísticas adotadas no tratamento contabilístico desta temática, com o objetivo de identificar as que são significativamente mais utilizadas, quer ao nível do reconhecimento inicial, quer na respetiva mensuração subsequente.

### 4.2. Amostra

A amostra do nosso estudo foi selecionada a partir das 500 maiores empresas portuguesas apresentadas no ranking da revista “Exame” no ano de 2010. De entre estas, consideraram-se apenas as empresas que adotaram a partir de 2010 o SNC na elaboração das suas demonstrações financeiras individuais, sem valores cotados e cujos relatórios e contas estavam disponíveis *online*. Atendendo a estes critérios, restaram 64 empresas, das quais foram, ainda, excluídas 8 fundações e Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) devido à especificidade da atividade que desempenham e à regulação específica do setor. Excluimos também 17 empresas que, cumprindo todas as condições anteriores, não tiveram qualquer tipo de subsídio ou apoio do Governo num, ou nos dois anos em análise. Por fim, fomos obrigados a excluir mais 7 empresas por não ter sido possível aceder ao relatório e contas de 2011. A amostra ficou, assim, reduzida a 32 empresas, conforme se pode verificar no Quadro 1:

**Quadro 1** - Definição da amostra

Empresas extraídas do ranking da revista Exame	500
Empresas com valores cotados em bolsa e sem relatórios disponíveis <i>online</i>	-436
Fundações e empresas SGPS	-8
Empresas que não tinham subsídios nas suas DF	-17
Empresas que não tinham disponível informação para os 2 anos	-7
<b>Amostra final</b>	<b>32</b>

**Quadro 2 - Identificação das empresas que constituem a amostra**

<b>Nome</b>
Auto-Estradas do Atlântico - Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A.
Águas de Santarém, EM - S.A.
ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações
CARRIS - Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A.
CASAIS - Engenharia e Construções, S.A.
COPAM - Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.
CTT - Correios de Portugal, S.A.
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.
EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
FAGAR - Faro, Gestão de Águas e Resíduos, E.M.
Lena Abrantina Imobiliária, S.A.
LISNAVE - Estaleiros Navais, S.A.
Litho Formas Portuguesa - Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A.
Metro do Porto, S.A.
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
Metro Mondego, S.A.
Monteadriano - Engenharia e Construção, S.A.
MRG - Engenharia e Construção, S.A.
NESTLÉ - Portugal, S.A.
Oliveira & Irmão, S.A.
Parque EXPO 98, S. A.
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A.
SATA AIR AÇORES - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.
SATA INTERNACIONAL - Serviços e Transportes Aéreos, S.A.
SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.
SINFIC - Sistemas de Informação Industriais e Consultoria, S.A.
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais
TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E
Toyota Caetano Portugal, S.A.



O Quadro 1 apresenta discriminadamente as empresas que: (i) adotaram o SNC na elaboração das suas contas em 2010 e 2011; (ii) não têm valores cotados em bolsa; (iii) têm os relatórios de 2010 e 2011 disponíveis *online*; (iv) não são fundações e empresas SGPS; (v) têm subsídios divulgados nas demonstrações financeiras de 2010 e 2011. Estas empresas, que constituem a nossa amostra, são apresentadas no Quadro 2.

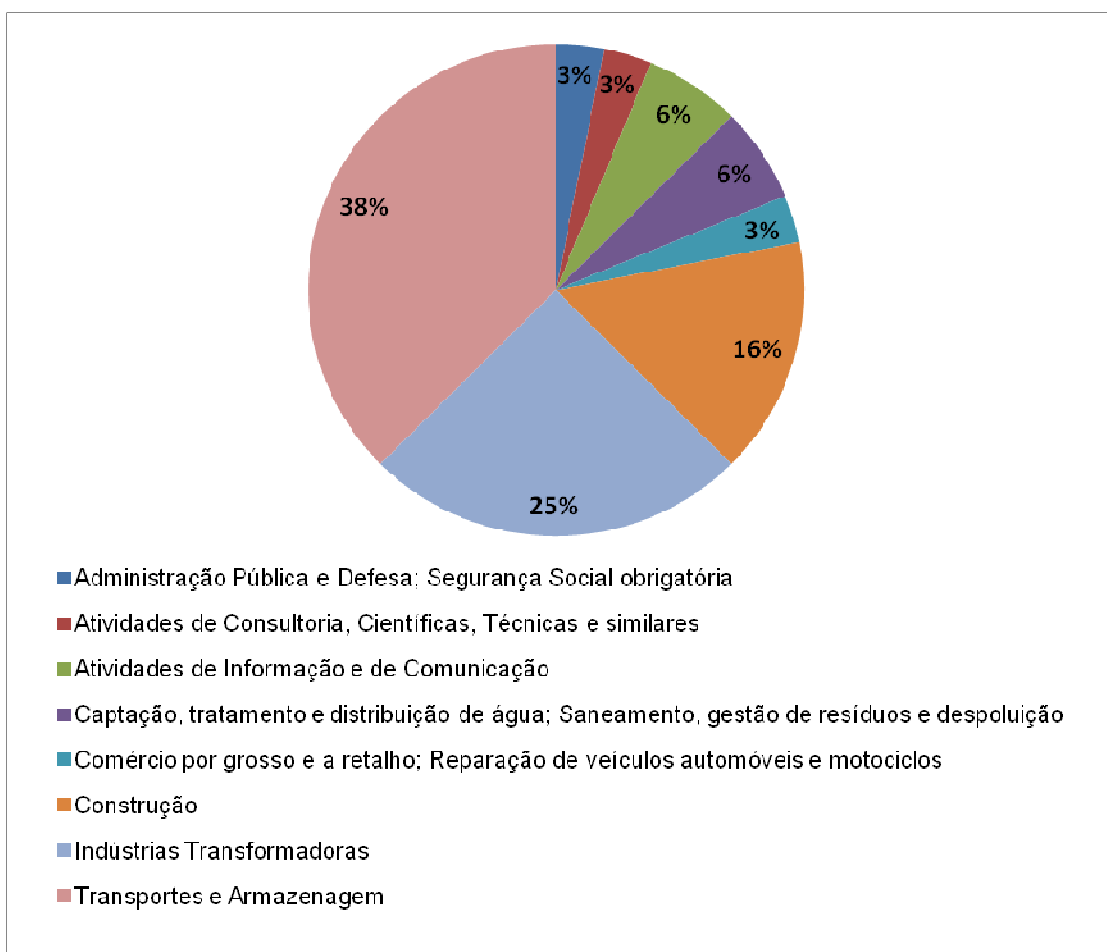
O Quadro 3 apresenta a distribuição das empresas da nossa amostra por secção de atividade de acordo com a Classificação das Atividades Económicas (CAE) (Rev3).

**Quadro 3** - Distribuição da amostra

Administração Pública e Defesa; Segurança Social obrigatória	1
Atividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e similares	1
Atividades de Informação e de Comunicação	2
Captação, tratamento e distribuição de água; Saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2
Comércio por grosso e a retalho; Reparação de veículos automóveis e motociclos	1
Construção	5
Indústrias Transformadoras	8
Transportes e Armazenagem	12
<b>Amostra final</b>	<b>32</b>

O Gráfico 2 apresenta a distribuição das empresas da nossa amostra, em percentagem, por secção de atividade.

**Gráfico 2** - Empresas da amostra por secção de atividade, em percentagem



Pela análise do gráfico verifica-se que uma grande parte da amostra é constituída por empresas da secção dos transportes e armazenagem (38%). As indústrias transformadoras representam também uma fatia considerável (25%), seguindo-se as empresas de construção (16%), empresas ligadas a atividades de informação e comunicação (6%) e empresas da secção da captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição (6%). Estas 5 secções representam cerca de 91% da amostra, sendo que as restantes representam apenas 9% da amostra, com 3% cada.

#### 4.2. Metodologia

Atendendo ao objetivo deste estudo, analisar o nível de cumprimento dos requisitos de divulgação dos subsídios e apoios do Governo nos primeiros dois anos de adoção do SNC, 2010 e 2011, foi elaborada uma lista de divulgações (Anexo 1) onde se discriminam os requisitos de divulgação dos subsídios exigidos pelas NCRF 22 e

NCRF 17. Esta lista contém todos os tipos de subsídios e, para cada tipo de subsídio, as divulgações exigidas, de modo a identificar para cada empresa o tipo de subsídio de que beneficiou e as respetivas divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras de 2010 e 2011. A lista permite, ainda, identificar as empresas que receberam apoios do Governo.

Foi efetuada uma consulta das páginas de internet das empresas em estudo, das quais se recolheram os respetivos relatórios e contas individuais dos anos de 2010 e 2011. Destes relatórios foi retirada a informação para preenchimento da referida lista de divulgações.

A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo aos Relatórios e Contas Individuais das empresas que constituem a amostra. Esta análise, segundo Moraes (1999), é usada para descrever e interpretar o conteúdo de documentos e textos, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas que ajudam a compreender a mensagem do documento, sendo por isso a técnica mais adequada para este tipo de estudo.

A lista de divulgações foi preenchida para cada empresa permitindo, não só analisar as divulgações feitas por cada empresa para cada tipo de subsídio, mas também a caracterização que cada empresa faz do subsídio ou apoio do Governo de que beneficiou. A existência, ou ausência, de informação nos relatórios e contas sobre cada item de divulgação exigido pela NCRF 22 e NCRF 17, foi identificada na lista de divulgações utilizando a seguinte escala:

1 - Para os requisitos cumpridos pela empresa;

0 - Para os requisitos não cumpridos pela empresa;

N/A - Para os requisitos não aplicáveis à empresa<sup>5</sup>.

Tomando como referência estudos realizados anteriormente (*e.g.*, Oliveira *et al.*, 2006 e Lopes e Rodrigues, 2007) acerca do cumprimento de requisitos de divulgação, construímos um índice de divulgação com base na informação condensada na lista de divulgações, proveniente da análise aos relatórios e contas individuais. O índice de divulgação permite obter uma relação expressa em percentagem, da pontuação obtida por cada empresa e o máximo que poderia ter obtido se divulgasse a totalidade dos

---

<sup>5</sup> Sempre que não exista qualquer indício, no relatório e contas de uma determinada empresa, da existência de um subsídio ou de condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo, tomou-se como pressuposto que tais itens eram “Não Aplicáveis” à empresa em análise

requisitos de informação exigidos nas normas, medindo assim a amplitude da divulgação de cada empresa.

Tendo em conta a natureza da informação recolhida e o objetivo do presente estudo, utilizámos o Microsoft Excel 2007 para a análise e tratamento dos dados obtidos.

#### 4.3. Análise e discussão dos resultados

Numa primeira análise aos dados recolhidos foi possível efetuar a caracterização dos subsídios do Governo divulgados pelas empresas em 2010 e 2011. O Quadro 4 apresenta a percentagem de empresas que divulgou cada tipo de subsídio, em cada um dos anos em análise.

**Quadro 4** - Tipo de subsídio concedido às empresas da amostra

Tipos de subsídios	2010		2011	
	N.º	%	N.º	%
<b>Reembolsáveis</b>	1	3%	1	3%
<b>Não reembolsáveis monetários relacionados com ativos</b>				
Ativos Fixos Tangíveis depreciables	22	69%	21	66%
Ativos Fixos Tangíveis não depreciables	0	0%	0	0%
Ativos Intangíveis amortizáveis	5	16%	4	13%
Ativos Intangíveis não amortizáveis	0	0%	0	0%
Outro tipo de Ativos	0	0%	0	0%
<b>Não reembolsáveis monetários relacionados com rendimentos</b>	20	63%	22	69%
<b>Não reembolsáveis não monetários</b>				
Ativos Fixos Tangíveis depreciables	0	0%	0	0%
Ativos Fixos Tangíveis não depreciables	0	0%	0	0%
Ativos Intangíveis amortizáveis	0	0%	0	0%
Ativos Intangíveis não amortizáveis	0	0%	0	0%
Outro tipo de Ativos	0	0%	0	0%
<b>Relacionados com ativos biológicos</b>	0	0%	0	0%
<b>Apoios do Governo</b>	2	6%	2	6%

Fonte: Elaboração Própria

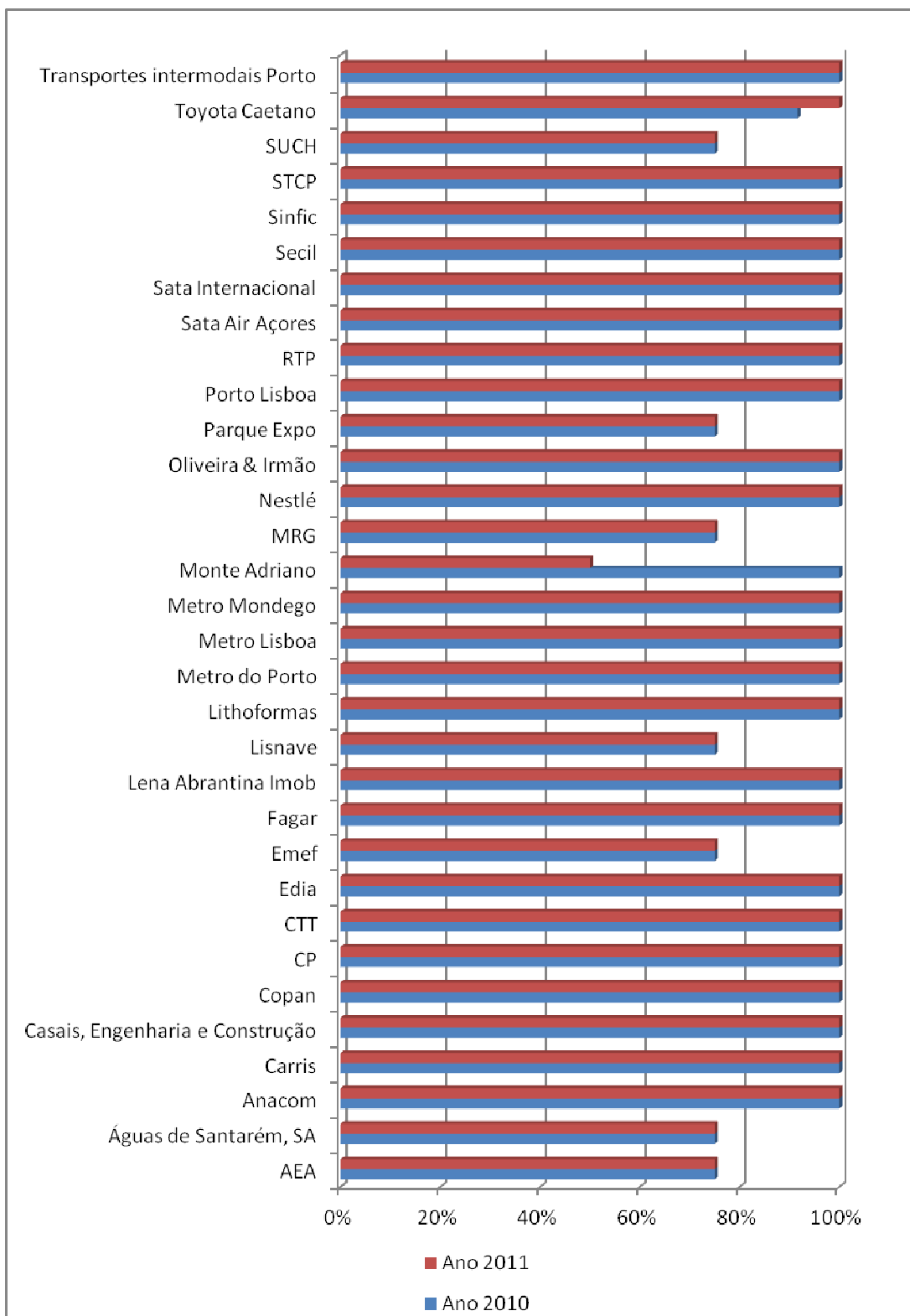
Da análise ao Quadro 4, podemos verificar que as empresas da nossa amostra beneficiaram fundamentalmente de 4 tipos de subsídios: reembolsáveis; não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables; não reembolsáveis relacionados com ativos intangíveis amortizáveis; e subsídios não reembolsáveis relacionados com rendimentos.

Em 2010, o tipo de subsídios que as empresas mais usufruíram foram os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables (69%), seguindo-se os subsídios não reembolsáveis relacionados com rendimentos (63%). Pelo contrário, em 2011, 69% das empresas divulgaram subsídios não reembolsáveis relacionados com rendimentos, enquanto 66% divulgaram subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables.

Das 32 empresas da nossa amostra, apenas uma divulgou um subsídio reembolsável em 2010 e 2011 e, das cinco empresas que divulgaram subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos intangíveis amortizáveis em 2010, apenas 4 divulgaram estes subsídios em 2011. Duas empresas beneficiaram de apoios do Governo, em cada um dos anos em análise.

De seguida apresentamos no Gráfico 3 o índice de divulgação das empresas que beneficiaram de subsídios e/ou apoios do Governo, nos anos de 2010 e 2011.

**Gráfico 3** - Índice de divulgação por empresa, nos anos de 2010 e 2011



Pela análise do Gráfico 3, verifica-se que a maior parte das empresas que constituem a amostra apresentam um índice de divulgação de 100%. Isto significa que as

empresas, no global, cumprem com os requisitos de divulgação exigidos pela NCRF 22.

Comparando os índices de divulgação dos dois anos, verifica-se que, em termos gerais, as empresas fazem as mesmas divulgações de um ano para o outro. No entanto, existem exceções, como a MonteAdriano - Engenharia e Construção, S.A. e a Toyota Caetano Portugal, S.A.. Com efeito, o índice de divulgação destas empresas evoluiu inversamente entre elas, uma vez que a MonteAdriano - Engenharia e Construção, S.A. reduziu o índice de divulgação em 2011 e a Toyota Caetano Portugal, S.A. melhorou em 2011 o cumprimento com os requisitos exigidos na NCRF 22, passando a divulgar 100% dos requisitos de divulgação que lhe eram aplicáveis.

No que se refere à MonteAdriano - Engenharia e Construção, S.A., esta empresa beneficiou em 2010 de um subsídio não reembolsável relacionado com ativos fixos depreciables, relativamente ao qual divulgou todos os requisitos exigidos pela NCRF22. Em 2011 apenas divulgou um subsídio à exploração, não reembolsável, que não beneficiou em 2010. Relativamente a este subsídio, a empresa apenas divulgou a natureza e a extensão. Assumindo que a empresa não tem conhecimento de condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao subsídio (divulgações estas não aplicáveis), e uma vez que não divulgou a política contabilística e o método de apresentação, o índice de divulgação desta empresa é de 50% em 2011. A empresa apresenta, assim, níveis de divulgação diferentes consoante o tipo de subsídios.

O Quadro 5 apresenta o índice de divulgação de cada subsídio divulgado pelas empresas.

**Quadro 5 - Índice de divulgação por tipo de subsídio**

Tipos de subsídios	2010	2011
<b>Reembolsáveis</b>	75%	100%
<b>Não reembolsáveis relacionados com ativos</b>		
Ativos Fixos Tangíveis depreciables	97%	96%
Ativos Intangíveis amortizáveis	100%	100%
<b>Não reembolsáveis monetários relacionados com rendimentos</b>	93%	91%

Através do Quadro 5 podemos concluir que o tipo de subsídio para o qual as empresas divulgam todos os requisitos de informação são os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos intangíveis. As divulgações associadas aos subsídios reembolsáveis sofreram uma melhoria de 2010 para 2011, passando também as empresas a divulgar todos os requisitos exigidos pela NCRF 22.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com rendimentos apresentam o índice de divulgação mais baixo, o que significa que para este tipo de subsídio as empresas divulgam menos informação exigida pelas normas.

De seguida apresentamos uma análise dos resultados do estudo, por cada tipo de subsídio divulgado pelas empresas, tendo em consideração apenas as divulgações exigidas pela NCRF 22, uma vez que nenhuma das empresas analisadas desenvolve atividade no âmbito da NCRF 17.

#### 4.3.1. Subsídios reembolsáveis

O Quadro 6 apresenta os resultados das divulgações de informação financeira relacionada com subsídios reembolsáveis, de acordo com os requisitos exigidos pela NCRF 22.

**Quadro 6 - Divulgações sobre subsídios reembolsáveis em 2010**

Requisitos Informação	Sim		Não		Não Aplicável		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Natureza do subsídio	1	100%	-	-	-	-	1	100%
Extensão do subsídio	1	100%	-	-	-	-	1	100%
Política contabilística adotada	-	-	1	100%	-	-	1	100%
Método de apresentação adotado nas demonstrações financeiras	1	100%	-	-	-	-	1	100%
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo	-	-	-	-	1	100%	1	100%
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas	-	-	-	-	1	100%	1	100%

Fonte: Elaboração Própria



Pela análise dos resultados obtidos no Quadro 6, para o ano de 2010, verifica-se que apenas uma empresa da amostra divulgou um subsídio reembolsável. Esta empresa é a Toyota Caetano Portugal, S.A. e o subsídio diz respeito ao programa SIME A - candidatura 00/07099 e cuja amortização está prevista para o período de 2011 - 2015. Relativamente a este subsídio, a empresa apenas não divulgou a política contabilística adotada, tendo cumprido com os restantes requisitos de divulgação da NCRF 22.

O Quadro 7 apresenta as divulgações feitas pelas empresas que divulgaram subsídios reembolsáveis no ano de 2011.

**Quadro 7 - Divulgações sobre subsídios reembolsáveis em 2011**

Requisitos Informação	Sim		Não		Não Aplicável		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Natureza do subsídio	1	100%	-	-	-	-	1	100%
Extensão do subsídio	1	100%	-	-	-	-	1	100%
Política contabilística adotada	1	100%	-	-	-	-	1	100%
Método de apresentação adotado nas demonstrações financeiras	1	100%	-	-	-	-	1	100%
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo	-	-	-	-	1	100%	1	100%
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas	-	-	-	-	1	100%	1	100%

Fonte: Elaboração Própria

A análise do Quadro 7 revela que, tal como em 2010, apenas uma empresa divulgou um subsídio reembolsável, concretamente a Toyota Caetano Portugal, S.A.. Verifica-se que esta empresa melhorou o seu nível de divulgação no ano de 2011, informando sobre todos os requisitos exigidos para este tipo de subsídio, tendo, por isso, um índice de divulgação de 100%.

Da análise à caracterização feita pela Toyota Caetano Portugal, S.A. ao subsídio reembolsável, verifica-se a concordância entre a política contabilística adotada pela

empresa e o preconizado na NCRF 22, uma vez que a empresa reconhece o subsídio como um Passivo.

#### 4.3.2. Subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis

O Quadro 8 apresenta os resultados referentes às divulgações de informação acerca de subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis no ano de 2010.

**Quadro 8 - Divulgações sobre subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis em 2010**

Requisitos Informação	Sim		Não		Não Aplicável		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Natureza do subsídio	22	100%	-	-	-	-	22	100%
Extensão do subsídio	21	95%	1	5%	-	-	22	100%
Política contabilística adotada	20	91%	2	9%	-	-	22	100%
Método de apresentação adotado nas demonstrações financeiras	22	100%	-	-	-	-	22	100%
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo	-	-	-	-	22	100%	22	100%
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas	-	-	-	-	22	100%	22	100%

Fonte: Elaboração própria

Da análise dos resultados obtidos no Quadro 8 para o ano de 2010, verifica-se que os itens mais divulgados de acordo com a NCRF 22, pelas empresas que têm subsídios relacionados com aquisição de ativos fixos tangíveis depreciáveis são a natureza do subsídio (100%) e o método de apresentação adotado nas demonstrações financeiras (100%). O item menos divulgado é a política contabilística adotada (91%).

De sublinhar ainda que, das 22 empresas que beneficiaram deste tipo de subsídio, 20 divulgaram todos os requisitos exigidos pela norma, tendo por isso um índice de divulgação de 100%.

É de salientar que, aquando da recolha de dados para preenchimento da lista de divulgações e posterior construção do índice de divulgação, constatámos que algumas empresas não identificavam o tipo de ativo, fixo tangível ou intangível, a que estava associado o subsídio. Nestes casos, optámos por considerar que o subsídio era relacionado com ativos fixos tangíveis, pois é o mais comum entre as empresas. Este facto, em nada influencia os resultados globais do nosso estudo uma vez que, as divulgações exigidas para os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são as mesmas e, conseqüentemente, o índice de divulgação também será.

O Quadro 9 apresenta informação acerca do nível de divulgação das empresas que tiveram subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis em 2011.

**Quadro 9** - Divulgações sobre subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis em 2011

Requisitos Informação	Sim		Não		Não Aplicável		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Natureza do subsídio	21	100%	-	-	-	-	21	100%
Extensão do subsídio	20	95%	1	5%	-	-	21	100%
Política contabilística adotada	19	90%	2	10%	-	-	21	100%
Método de apresentação adotado nas demonstrações financeiras	21	100%	-	-	-	-	21	100%
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo	-	-	-	-	21	100%	21	100%
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas	-	-	-	-	21	100%	21	100%

Fonte: Elaboração própria

Pela análise do Quadro 9, verifica-se que, tal como em 2010, os itens mais divulgados no Anexo às demonstrações financeiras são a natureza do subsídio (100%) e o método de apresentação adotado nas demonstrações financeiras (100%). O requisito menos divulgado continua a ser a política contabilística (90%), seguido da extensão do subsídio (95%).

Em 2011, 21 empresas da amostra divulgaram este tipo de subsídio, menos uma empresa do que em 2010. No entanto, o nível de divulgação é ligeiramente inferior e as não divulgações são as mesmas, o que pode significar que a empresa que, em 2011, não divulgou este tipo de subsídio, divulgou, em 2010, todos os requisitos exigidos pela NCRF 22 que lhe eram aplicáveis.

Pela análise dos dados recolhidos dos relatórios e contas, verifica-se que as empresas da nossa amostra cumprem com as políticas contabilísticas definidas pela NCRF 22. Os subsídios ao investimento associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis depreciables são reconhecidos inicialmente em Capitais Próprios, sendo posteriormente reconhecidos numa base sistemática como rendimentos do período, de forma consistente e proporcional às depreciações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

Os subsídios divulgados dizem respeito a incentivos ao investimento concedidos no âmbito do QREN, com origem nos fundos comunitários FEDER e FSE, destinados, sobretudo, à aquisição ou construção de edifícios, aquisição de equipamento básico e administrativo, entre outros ativos fixos tangíveis. Destacam-se também os subsídios oriundos do PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.

Uma das medidas mais utilizadas foram os incentivos ao investimento atribuídos pelo SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial, ao abrigo do Programa Operacional da Economia.

Entre as empresas que usufruíram deste tipo de subsídio, destacamos a Parque Expo, S.A. fortemente subsidiada pela construção de edifícios como o Pavilhão Atlântico, Torre Vasco da Gama, Oceanário de Lisboa, entre outros. Também a CP- Comboios de Portugal, S.A., beneficiou de inúmeros subsídios provenientes do PIDDAC e do FEDER, como, por exemplo o Sub Proj 34UME e o Sub Proj 57UTE Silício, entre outros. Por sua vez, a empresa Oliveira & Irmão, S.A. divulgou um subsídio do QREN referente a um incentivo à investigação e desenvolvimento tecnológico, designado por *Prision Air*, que consiste na extração de cheiros em casas de banho.

#### 4.3.3. Subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos intangíveis amortizáveis

O Quadro 10 apresenta informação acerca do nível de divulgação das empresas que divulgaram subsídios relacionados com ativos intangíveis amortizáveis em 2010.

**Quadro 10** - Divulgações sobre subsídios relacionados com Ativos Intangíveis amortizáveis em 2010

Requisitos Informação	Sim		Não		Não Aplicável		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Natureza do subsídio	5	100%	-	-	-	-	5	100%
Extensão do subsídio	5	100%	-	-	-	-	5	100%
Política contabilística adotada	5	100%	-	-	-	-	5	100%
Método de apresentação adotado nas demonstrações financeiras	5	100%	-	-	-	-	5	100%
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo	-	-	-	-	5	100%	5	100%
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas	-	-	-	-	5	100%	5	100%

Fonte: Elaboração Própria

Pela análise dos resultados obtidos em 2010, verifica-se que as 5 empresas que receberam subsídios relacionados com ativos intangíveis amortizáveis divulgaram todos os requisitos de divulgação que lhes eram aplicáveis. O nível de divulgação destas empresas relativamente a estes subsídios é, portanto, de 100%.

Estas empresas são a Edia, S.A., Metro do Porto S.A., Secil S.A., Sinfic, S.A. e STCP, S.A., e estes subsídios dizem respeito a licenças de emissão de gases com efeito de estufa no âmbito do PNALE II - Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO<sub>2</sub>, e a incentivos ao investimento ligados, nomeadamente, à aquisição de programas de computador, ao abrigo do Programa Operacional da Economia atribuído pelo SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial.

O Quadro 11 apresenta informação acerca do nível de divulgação das empresas que divulgaram subsídios relacionados com ativos intangíveis amortizáveis no ano de 2011.

**Quadro 11** - Divulgações sobre subsídios relacionados com Ativos Intangíveis amortizáveis em 2011

Requisitos Informação	Sim		Não		Não Aplicável		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Natureza do subsídio	4	100%	-	-	-	-	4	100%
Extensão do subsídio	4	100%	-	-	-	-	4	100%
Política contabilística adotada	4	100%	-	-	-	-	4	100%
Método de apresentação adotado nas demonstrações financeiras	4	100%	-	-	-	-	4	100%
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo	-	-	-	-	4	100%	4	100%
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas	-	-	-	-	4	100%	4	100%

Fonte: Elaboração Própria

Os resultados obtidos são idênticos aos de 2010: todas as empresas que divulgaram este tipo de subsídio cumpriram com todos os requisitos de divulgação que lhes eram aplicáveis, tendo, por isso, um índice de divulgação de 100%.

Das cinco empresas que em 2010 divulgaram este tipo de subsídio, apenas a EDIA, S.A. não o fez em 2011, sendo que os subsídios das restantes quatro empresas dizem respeito aos mesmos programas.

Relativamente à política contabilística divulgada pelas empresas que receberam subsídios ao investimento relacionados com ativos intangíveis amortizáveis, a divulgação efetuada está de acordo com a exigência da NCRF 22 e consiste em reconhecer inicialmente os subsídios nos Capitais Próprios, concretamente na conta "Outras Variações de Capital Próprio" e posteriormente reconhecer, numa base

sistemática, como rendimentos do período de forma consistente e proporcional aos gastos que se pretende que compensem.

#### 4.3.4. Subsídios não reembolsáveis relacionados com rendimentos

O Quadro 12 apresenta o nível de divulgação das empresas que divulgaram subsídios à exploração em 2010.

**Quadro 12 - Divulgações sobre subsídios relacionados com rendimentos em 2010**

Requisitos Informação	Sim		Não		Não Aplicável		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Natureza do subsídio	20	100%	-	-	-	-	20	100%
Extensão do subsídio	20	100%	-	-	-	-	20	100%
Política contabilística adotada	15	75%	5	25%	-	-	20	100%
Método de apresentação adotado nas demonstrações financeiras	19	95%	1	5%	-	-	20	100%
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo	-	-	-	-	20	100%	20	100%
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas	-	-	-	-	20	100%	20	100%

Fonte: Elaboração Própria

Os resultados obtidos demonstram que, dos itens de divulgação exigidos pela NCRF 22 para este tipo de subsídio, aqueles que as empresas mais cumpriram foram a natureza e extensão do subsídio (100%), tendo sido divulgados por todas as empresas que usufruíram de subsídios relacionados com rendimentos. O requisito menos divulgado foi a política contabilística (75%), pois foi divulgado apenas por 15 das 20 empresas que beneficiaram destes subsídios.

Este tipo de subsídio foi divulgado por 63% das empresas da amostra e refere-se, em grande parte, a subsídios à formação no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano. Nas empresas de transporte, como a Carris e Sata Air Açores, entre outras, estes subsídios são também relativos a indemnizações compensatórias atribuídas pelo

Governo para financiar parcialmente as operações, em cumprimento das obrigações de serviço público, como, por exemplo, o passe escolar ou sub-23 da Carris.

O Quadro 13 apresenta o nível de divulgação das empresas que divulgaram subsídios à exploração em 2011.

**Quadro 13 - Divulgações sobre subsídios relacionados com rendimentos em 2011**

Requisitos Informação	Sim		Não		Não Aplicável		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Natureza do subsídio	22	100%	-	-	-	-	22	100%
Extensão do subsídio	22	100%	-	-	-	-	22	100%
Política contabilística adotada	16	73%	6	27%	-	-	22	100%
Método de apresentação adotado nas demonstrações financeiras	20	91%	2	9%	-	-	22	100%
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo	-	-	-	-	22	100%	22	100%
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas	-	-	-	-	22	100%	22	100%

Fonte: Elaboração Própria

Os resultados obtidos demonstram que, em 2011, este tipo de subsídio foi divulgado por 22 empresas da nossa amostra e que, tal como em 2010, os requisitos mais divulgados pelas empresas foram a natureza e extensão do subsídio (100%) e o menos divulgado foi a política contabilística (73%).

Das 22 empresas que beneficiaram de subsídios à exploração em 2011, todas divulgaram no Anexo o tipo de subsídio e o valor. No entanto, apenas 16 divulgaram a política adotada na contabilização deste subsídio e 20 divulgaram as contas onde são apresentados nas demonstrações financeiras.



#### 4.3.5. Apoios do Governo

No que se refere aos apoios do Governo, apenas duas empresas divulgaram que receberam um apoio: CTT e Litho Formas, S.A., conforme se apresenta no Quadro 14.

A NCRF 22 exige que as empresas que beneficiem de qualquer tipo de apoio do Governo divulguem a forma de apoio. Estas empresas obtiveram um nível de divulgação de 100%, uma vez que indicaram no Anexo às demonstrações financeiras o tipo de apoio que receberam.

**Quadro 14** - Apoios recebidos pelas empresas em 2010 e 2011

Empresa	2010	2011
CTT	Crédito Fiscal reconhecido no imposto do exercício de 2010, relativo a despesas de investigação e desenvolvimento ("I&D"), elegíveis para efeitos de enquadramento no Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), previsto na Lei n.º. 40/2005, de 3 de Agosto, incorridas no período de 2006 a 2008.	Para efeitos de enquadramento no Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), a empresa encontra-se a preparar candidatura relativa a despesas de I&D incorridas no período económico de 2011, pelo que terá a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede de IRC. Relativamente ao período de 2010, a empresa aguarda aceitação por parte da Comissão Certificadora.
LITHO FORMAS S.A.	Taxa de juro bonificada no empréstimo do Prime Invest IV de 1,25%.	Taxa de juro bonificada no empréstimo do Prime Invest IV de 1,125% e 2,75% no Prime Invest IV.

Os apoios do Governo divulgados pelas empresas da nossa amostra assumem duas formas distintas: benefícios fiscais e taxas de juro bonificadas. Estes benefícios não

são reconhecidos contabilisticamente, devido, em especial, ao facto de serem dificilmente quantificáveis e, como tal, não mensurados fiavelmente.

## CONCLUSÕES

O presente estudo analisou o cumprimento dos requisitos de divulgação dos subsídios e apoios do Governo exigidos pela NCRF 22 e NCRF 17. Outro objetivo da presente investigação foi analisar até que ponto o SNC, particularmente através da NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Apoios do Governo, introduziu diferenças nas políticas contabilísticas adotadas no tratamento dos subsídios e apoios do Governo e identificar as que são mais utilizadas, quer ao nível do reconhecimento inicial, quer na respetiva mensuração subsequente.

Da análise global dos resultados do nosso estudo é possível concluir que, de entre os subsídios divulgados pelas empresas nos anos 2010 e 2011, os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables destacam-se por terem sido divulgados por um maior número de empresas, enquanto os reembolsáveis foram divulgados apenas por uma empresa.

Os resultados revelam ainda que a maior parte das empresas cumpre com a totalidade dos requisitos de divulgação exigidos pela NCRF 22. Relativamente ao nível de divulgação por tipo de incentivo, os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos intangíveis amortizáveis foram os que apresentaram um índice de divulgação maior (100%) nos dois anos em análise, seguindo-se os subsídios reembolsáveis que tiveram uma melhoria do seu índice de divulgação no ano de 2011, atingindo os 100%. O tipo de subsídio para o qual as empresas cumprem menos com os requisitos de divulgação foram os subsídios não reembolsáveis relacionados com rendimentos.

Relativamente aos subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis verificou-se que todas as empresas que beneficiaram deste tipo de subsídio divulgaram a natureza e o método de apresentação nas demonstrações financeiras, sendo a política contabilística adotada o item menos divulgado.

Quanto ao nível de cumprimento dos requisitos de divulgação dos subsídios relacionados com rendimentos (à exploração), apesar de apresentar o índice mais baixo de divulgação, este foi igualmente elevado, uma vez que todas as empresas que beneficiaram deste tipo de subsídio divulgaram a natureza e extensão do subsídio. A política contabilística continua a ser o requisito menos divulgado, apresentando no entanto uma percentagem de divulgação elevada.

No global, podemos, portanto, concluir que a política contabilística e a extensão do subsídio são os requisitos menos divulgados pelas empresas.

Finalmente, e no que diz respeito aos apoios do Governo, estes foram divulgados por todas as empresas que deles beneficiaram, apresentando um nível de cumprimento dos requisitos de divulgação de 100%.

Relativamente ao segundo objetivo deste trabalho, verificou-se que a política contabilística adotada pelas empresas está de acordo com a NCRF 22.

Relativamente aos subsídios reembolsáveis a política manteve-se, continuando as empresas a contabilizar estes subsídios como Passivos. No entanto, com a entrada em vigor do SNC foram introduzidas alterações nas políticas de reconhecimento e mensuração dos subsídios relacionados com a aquisição de ativos. Estes passaram a ser inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, tratando-se de ativos depreciables, são subsequentemente reconhecidos como rendimentos durante os períodos de depreciação. Se os ativos forem não depreciables, mantêm-se nos Capitais Próprios. Este tratamento permite que as entidades nacionais apresentem indicadores financeiros equivalentes aos de outras entidades de outros países, onde o tratamento dos subsídios não segue a IAS 20.

As limitações associadas a este estudo estão essencialmente relacionadas com o tamanho da amostra. Com efeito, a reduzida dimensão da amostra não permite, extrapolar os resultados para a realidade nacional, sendo estes apenas interpretativos da amostra estudada. Por outro lado, uma vez que de entre as empresas que constituem a nossa amostra nenhuma divulgou um subsídio relacionado com ativos biológicos, não foi possível verificar o cumprimento dos requisitos de divulgação exigidos pela NCRF 17.

Como objeto de futuros estudos, seria interessante analisar os fatores determinantes do nível de divulgação das empresas nacionais, de modo a entender os motivos que levam as empresas a divulgar a informação sobre subsídios, assim como alargar a amostra do estudo a um maior número de empresas, por exemplo às de um distrito, que apliquem o SNC.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Akman, N. (2011), "The Effect of IFRS Adoption on Financial Disclosure: Does Culture Still Play A Role?", *American International Journal of Contemporary Research*, Vol.1, 1, p.6-17.
- Arcay, M. e Vázquez, M. (2005), "Corporate characteristics governance rules and the extent of voluntary disclosure of Spain", *Advances in Accounting*, Volume 21, p.299-331.
- Archambault, J. J. e Archambault, M. E. (2003), "A multinational test of determinants of corporate disclosure", *The International Journal of Accounting*, 38(2), p.173-194.
- Ashbaugh, H. (2001), "Non-US firms' accounting standard choices", *Journal of Accounting and Public Policy*, 20, p.129-153.
- Barroca, C. (2011), "Subsídios do Governo no âmbito do SNC - NCRF 22", *Dissertação de Mestrado*, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro.
- Callao, S., Jarne, J. e Laínez, J. (2007), "Adoption of IFRS in Spain: Effect on comparability and relevance of financial reporting", *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 16, p.148-178.
- Carvalho, Carla e Azevedo, Graça (2010), *NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo; Manual para formação segmentada, Curso SEG3010; Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.*
- Conselho das Comunidades Europeias, CCE (1978), *Quarta Diretiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978, relativa às contas anuais de certas formas de sociedades; Jornal Oficial nº L 222 de 14/08/1978 p. 0011 – 0031.*
- Conselho das Comunidades Europeias, CCE (1983), *Sétima Diretiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983, relativa às contas consolidadas; Jornal Oficial nº L 193 de 18/07/1983 p.0001 – 0017.*
- Correia, M. (2013), "Publicada finalmente a nova diretiva da contabilidade", *Revisores e Auditores*, abril-junho, p.46-54.

Cravo, D., Grenha, C., Baptista, L., e Pontes, S. (2009), SNC Comentado (2ª ed.), Alfragide, Texto Editores.

Cravo, D., Silva, I., Grenha, C., Colaço, P., e Pontes, S. (2009), Novo Sistema de Normalização Contabilística – alterações introduzidas após o processo de audição pública, Revista TOC, 110, p.38-44.

Dahawy, K. e Conover, T. (2007), "Accounting Disclosure in Companies Listed on the Egyptian Stock Exchange", EuroJournals Publishing, Inc.

Duarte, Susana (2010), "Impactos da transição do POC Educação para o Sistema de Normalização Contabilística (SNC): O caso da U. Porto", Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

El-Gazzar, S. M., Finn, P. M. e Jacob, R. (1999), "An empirical investigation of multinational firms's compliance with International Accounting Standards", The International Journal of Accounting, 34(2), p.239-248.

Francis, J., Khurana, I. e Pereira, R. (2005), "Disclosure incentives and effects on cost of capital around the world", The Accounting Review, 80(4), p.1125-1162.

Glaum, M. e Street, D. (2003), "Compliance with the Disclosure Requirements of Germany's New Market: IAS *versus* US GAAP", Journal of International Financial Management and Accounting, p.64-100.

Guerreiro, Marta (2006), "Impacto da adoção das International Financial Reporting Standards: fatores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas", Contabilidade e Gestão, n.º 3, p.7-32;

Hackston, D. e Milne, M. (1996), "Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies", Accounting, Auditing and Accountability Journal, Vol. 9, p.77-108

Healy, P. e Palepu, K. (2001), "Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature", Journal of Accounting and Economics, 31, p.405–440.

Iatridis, G. (2006), "Accounting disclosure and firms' financial attributes: Evidence from the UK stock market", *International Review of Financial Analysis*, 17, p.219-241.

Jaggi, B. e Low, P. Y. (2000), "Impact of culture, market forces and legal system on financial disclosures", *The International Journal of Accounting*, 35, p.495-419.

Lopes, P. e Viana, R., (2008), 'The transition to IFRS: disclosures by Portuguese listed companies'. Working paper, presented at the European Accounting Association's conference, Lisbon, Portugal.

Lopes, P. e Rodrigues, L. (2007), "Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock Exchange", *The International Journal of Accounting* 42, p.25–56.

Lucas, S. (2011), "The effect of firm and country characteristics on mandatory disclosure compliance", *Dissertação de Mestrado*, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Machado, José (2012), "Os primeiros impactos na adoção do SNC nas PME de excelência em Portugal" *Dissertação de Mestrado*; Minho: Universidade do Minho Escola de Economia e Gestão.

Mendes, E. (2011), "NCRF 22 - Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo e Implicações Fiscais e de Auditoria", *Dissertação de Mestrado*; Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Moraes, R. (1999), "Análise de conteúdo", *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p.7-32.

Oliveira, L., Rodrigues, L. e Craig, R. (2006), "Firm-specific Determinants of Intangibles Reporting: Evidence from the Portuguese Stock Market", *Journal of Human Resource Costing and Accounting*, Vol. 10, n.º 1, p.11-33

Omar, B. e Simon, J. (2011), "Corporate aggregate disclosure practices in Jordan", *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting*, 27, p.166-186.

Pereira, R., Estevam, M., Almeida, R., (2009), "Harmonização Contabilística Internacional - Análises das suas implicações em Portugal", *Deplano Network*.

Petersen, C. e Plenborg, T. (2006), "Voluntary disclosure and information asymmetry in Denmark", *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 15, p.127–149.

Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, *Jornal Oficial da União Europeia* L 243/1, de 11 de setembro de 2002.

Rodrigues, J. (2010), *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*, Porto Editora.

Street, D. L. e Bryant, S. M. (2000), "Disclosure level and compliance with IASs: a comparison of companies with and without U.S. listings and filings", *The International Journal of Accounting*, 35(3), p.305-329.

Street, D. L. e Gray, S. J. (2002), "Factors influencing the extent of corporate compliance with international accounting standards: summary of a research monograph", *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 11, p.51-76.

Vieira, Elisabete F.S. e Pinho, Joaquim C.C. (2011), "Financial Disclosure and Stock Price Volatility: Evidence from Portugal and Belgium", *Contabilidade e Gestão*, p.77-110.



## ANEXO 1

Divulgações	Sim	Não	NA	Descrições
A empresa possui subsídios?				
Se sim, de que tipo:				
<b>Subsídios reembolsáveis?</b>				
Se sim, divulga:				
A natureza do subsídio?				
Se sim, descrição da medida e das condições (período financiamento, taxa de juro bonificada,...)*				
A extensão (valor) do subsídio?				
Se sim, descrição do valor do subsídio por medida				
A política contabilística adoptada?				
Se sim, descrição da política contabilística adoptada*				
O método de apresentação adoptado nas demonstrações financeiras?				
Se sim, descrição do método de apresentação adoptado*				
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo?				
Se sim, descrição do tipo de condição não satisfeita*				
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas?				
Se sim, descrição do tipo de contingência reconhecida e seu montante*				
Se não divulga algum destes requisitos (que sejam aplicáveis), divulga justificação para a não divulgação?				
Se sim, descrição da eventual justificação				
<b>Subsídios não reembolsáveis monetários relacionados com ativos?</b>				
Se sim, relacionados com que tipo de ativos:				
<b>Ativos Fixos Tangíveis depreciáveis?</b>				
Se sim, descrição e montante dos ativos subsidiados				
Se sim, divulga:				
A natureza do subsídio?				
Se sim, descrição da medida*				
A extensão (valor) do subsídio?				
Se sim, descrição do valor do subsídio por medida				
A política contabilística adoptada?				
Se sim, descrição da política contabilística adoptada*				
O método de apresentação adoptado nas demonstrações financeiras?				
Se sim, descrição do método de apresentação adoptado*				
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo?				
Se sim, descrição do tipo de condição não satisfeita*				
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas?				
Se sim, descrição do tipo de contingência reconhecida e seu montante*				
Se não divulga algum destes requisitos (que sejam aplicáveis), divulga justificação para a não divulgação?				
Se sim, descrição da eventual justificação				
<b>Ativos Fixos Tangíveis não depreciáveis?</b>				
Se sim, descrição e montante dos ativos subsidiados				
Se sim, divulga:				
A natureza do subsídio?				
Se sim, descrição da medida*				
A extensão (valor) do subsídio?				
Se sim, descrição do valor do subsídio por medida				
A política contabilística adoptada?				
Se sim, descrição da política contabilística adoptada*				
O método de apresentação adoptado nas demonstrações financeiras?				
Se sim, descrição do método de apresentação adoptado*				
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo?				
Se sim, descrição do tipo de condição não satisfeita*				
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas?				
Se sim, descrição do tipo de contingência reconhecida e seu montante*				
Se não divulga algum destes requisitos (que sejam aplicáveis), divulga justificação para a não divulgação?				
Se sim, descrição da eventual justificação				

Divulgações	Sim	Não	NA	Descrições
<b>Ativos Intangíveis amortizáveis?</b>				
Se sim, descrição e montante dos ativos subsidiados				
Se sim, divulga:				
A natureza do subsídio?				
Se sim, descrição da medida*				
A extensão (valor) do subsídio?				
Se sim, descrição do valor do subsídio por medida				
A política contabilística adoptada?				
Se sim, descrição da política contabilística adoptada*				
O método de apresentação adoptado nas demonstrações financeiras?				
Se sim, descrição do método de apresentação adoptado*				
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo?				
Se sim, descrição do tipo de condição não satisfeita*				
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas?				
Se sim, descrição do tipo de contingência reconhecida e seu montante*				
Se não divulga algum destes requisitos (que sejam aplicáveis), divulga justificação para a não divulgação?				
Se sim, descrição da eventual justificação				
<b>Ativos Intangíveis não amortizáveis?</b>				
Se sim, descrição e montante dos ativos subsidiados				
Se sim, divulga:				
A natureza do subsídio?				
Se sim, descrição da medida*				
A extensão (valor) do subsídio?				
Se sim, descrição do valor do subsídio por medida				
A política contabilística adoptada?				
Se sim, descrição da política contabilística adoptada*				
O método de apresentação adoptado nas demonstrações financeiras?				
Se sim, descrição do método de apresentação adoptado*				
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo?				
Se sim, descrição do tipo de condição não satisfeita*				
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas?				
Se sim, descrição do tipo de contingência reconhecida e seu montante*				
Se não divulga algum destes requisitos (que sejam aplicáveis), divulga justificação para a não divulgação?				
Se sim, descrição da eventual justificação				
<b>Outro tipo de Ativos?</b>				
Se sim, descrição e montante dos ativos subsidiados				
Se sim, divulga:				
A natureza do subsídio?				
Se sim, descrição da medida*				
A extensão (valor) do subsídio?				
Se sim, descrição do valor do subsídio por medida				
A política contabilística adoptada?				
Se sim, descrição da política contabilística adoptada*				
O método de apresentação adoptado nas demonstrações financeiras?				
Se sim, descrição do método de apresentação adoptado*				
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo?				
Se sim, descrição do tipo de condição não satisfeita*				
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas?				
Se sim, descrição do tipo de contingência reconhecida e seu montante*				
Se não divulga algum destes requisitos (que sejam aplicáveis), divulga justificação para a não divulgação?				
Se sim, descrição da eventual justificação				

Divulgações	Sim	Não	NA	Descrições
<b>Subsídios não reembolsáveis monetários relacionados com rendimentos?</b>				
Se sim, divulga:				
A natureza do subsídio?				
Se sim, descrição da medida e do tipo de gastos a compensar*				
A extensão (valor) do subsídio?				
Se sim, descrição do valor do subsídio por medida				
A política contabilística adoptada?				
Se sim, descrição da política contabilística adoptada*				
O método de apresentação adoptado nas demonstrações financeiras?				
Se sim, descrição do método de apresentação adoptado*				
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo?				
Se sim, descrição do tipo de condição não satisfeita*				
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas?				
Se sim, descrição do tipo de contingência reconhecida e seu montante*				
Se não divulga algum destes requisitos (que sejam aplicáveis), divulga justificação para a não divulgação?				
Se sim, descrição da eventual justificação				
<b>Subsídios não reembolsáveis não monetários?</b>				
Se sim, relacionados com que tipo de ativos:				
<b>Ativos Fixos Tangíveis depreciables?</b>				
Se sim, descrição e montante dos ativos subsidiados				
Se sim, divulga:				
A natureza do subsídio?				
Se sim, descrição da medida*				
A extensão (valor) do subsídio?				
Se sim, descrição do valor do subsídio por medida				
A política contabilística adoptada?				
Se sim, descrição da política contabilística adoptada*				
O método de apresentação adoptado nas demonstrações financeiras?				
Se sim, descrição do método de apresentação adoptado*				
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo?				
Se sim, descrição do tipo de condição não satisfeita*				
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas?				
Se sim, descrição do tipo de contingência reconhecida e seu montante*				
Se não divulga algum destes requisitos (que sejam aplicáveis), divulga justificação para a não divulgação?				
Se sim, descrição da eventual justificação				
<b>Ativos Fixos Tangíveis não depreciables?</b>				
Se sim, descrição e montante dos ativos subsidiados				
Se sim, divulga:				
A natureza do subsídio?				
Se sim, descrição da medida*				
A extensão (valor) do subsídio?				
Se sim, descrição do valor do subsídio por medida				
A política contabilística adoptada?				
Se sim, descrição da política contabilística adoptada*				
O método de apresentação adoptado nas demonstrações financeiras?				
Se sim, descrição do método de apresentação adoptado*				
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo?				
Se sim, descrição do tipo de condição não satisfeita*				
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas?				
Se sim, descrição do tipo de contingência reconhecida e seu montante*				
Se não divulga algum destes requisitos (que sejam aplicáveis), divulga justificação para a não divulgação?				
Se sim, descrição da eventual justificação				

Divulgações	Sim	Não	NA	Descrições
<b>Ativos Intangíveis amortizáveis?</b>				
Se sim, descrição e montante dos ativos subsidiados				
Se sim, divulga:				
A natureza do subsídio?				
Se sim, descrição da medida*				
A extensão (valor) do subsídio?				
Se sim, descrição do valor do subsídio por medida				
A política contábilística adotada?				
Se sim, descrição da política contábilística adotada*				
O método de apresentação adotado nas demonstrações financeiras?				
Se sim, descrição do método de apresentação adotado*				
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo?				
Se sim, descrição do tipo de condição não satisfeita*				
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas?				
Se sim, descrição do tipo de contingência reconhecida e seu montante*				
Se não divulga algum destes requisitos (que sejam aplicáveis), divulga justificativa para a não divulgação?				
Se sim, descrição da eventual justificativa				
<b>Ativos Intangíveis não amortizáveis?</b>				
Se sim, descrição e montante dos ativos subsidiados				
Se sim, divulga:				
A natureza do subsídio?				
Se sim, descrição da medida*				
A extensão (valor) do subsídio?				
Se sim, descrição do valor do subsídio por medida				
A política contábilística adotada?				
Se sim, descrição da política contábilística adotada*				
O método de apresentação adotado nas demonstrações financeiras?				
Se sim, descrição do método de apresentação adotado*				
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo?				
Se sim, descrição do tipo de condição não satisfeita*				
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas?				
Se sim, descrição do tipo de contingência reconhecida e seu montante*				
Se não divulga algum destes requisitos (que sejam aplicáveis), divulga justificativa para a não divulgação?				
Se sim, descrição da eventual justificativa				
<b>Outro tipo de Ativos?</b>				
Se sim, descrição e montante dos ativos subsidiados				
Se sim, divulga:				
A natureza do subsídio?				
Se sim, descrição da medida*				
A extensão (valor) do subsídio?				
Se sim, descrição do valor do subsídio por medida				
A política contábilística adotada?				
Se sim, descrição da política contábilística adotada*				
O método de apresentação adotado nas demonstrações financeiras?				
Se sim, descrição do método de apresentação adotado*				
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo?				
Se sim, descrição do tipo de condição não satisfeita*				
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas?				
Se sim, descrição do tipo de contingência reconhecida e seu montante*				
Se não divulga algum destes requisitos (que sejam aplicáveis), divulga justificativa para a não divulgação?				
Se sim, descrição da eventual justificativa				
<b>Subsídios relacionados com ativos biológicos?</b>				
Se sim, relacionados com que tipo de ativos biológicos:				
<b>Ativos biológicos mensurados ao justo valor?</b>				

Divulgações	Sim	Não	NA	Descrições
<b>São subsídios condicionais?</b>				
Se sim, descrição e montante dos ativos subsidiados				
Se sim, descrição das condições associadas ao subsídio				
Se sim, divulga:				
A natureza do subsídio?				
Se sim, descrição da medida*				
A extensão (valor) do subsídio?				
Se sim, descrição valor do subsídio por medida				
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo?				
Se sim, descrição do tipo de condição não satisfeita*				
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas?				
Se sim, descrição do tipo de contingência reconhecida e seu montante*				
Diminuições significativas que se esperam no nível de subsídios do Governo				
Se sim, descrição da natureza da diminuição esperada*				
Se não divulga algum destes requisitos (que sejam aplicáveis), divulga justificação para a não divulgação?				
Se sim, descrição da eventual justificação				
<b>São subsídios não condicionais?</b>				
Se sim, descrição e montante dos ativos subsidiados				
Se sim, divulga:				
A natureza do subsídio?				
Se sim, descrição da medida*				
A extensão (valor) do subsídio?				
Se sim, descrição valor do subsídio por medida				
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo?				
Se sim, descrição do tipo de condição não satisfeita*				
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas?				
Se sim, descrição do tipo de contingência reconhecida e seu montante*				
Diminuições significativas que se esperam no nível de subsídios do Governo				
Se sim, descrição da natureza da diminuição esperada*				
Se não divulga algum destes requisitos (que sejam aplicáveis), divulga justificação para a não divulgação?				
Se sim, descrição da eventual justificação				
<b>Ativos biológicos mensurados ao custo?</b>				
Se sim, descrição e montante dos ativos subsidiados				
Se sim, divulga ( <b>aplicável a exigências da NCRF 22</b> ):				
A natureza do subsídio?				
Se sim, descrição da medida*				
A extensão (valor) do subsídio?				
Se sim, descrição do valor do subsídio por medida				
A política contabilística adoptada?				
Se sim, descrição da política contabilística adoptada*				
O método de apresentação adoptado nas demonstrações financeiras?				
Se sim, descrição do método de apresentação adoptado*				
Condições não satisfeitas ligadas ao apoio do Governo?				
Se sim, descrição do tipo de condição não satisfeita*				
Outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas?				
Se sim, descrição do tipo de contingência reconhecida e seu montante*				
Se não divulga algum destes requisitos (que sejam aplicáveis), divulga justificação para a não divulgação?				
Se sim, descrição da eventual justificação				
<b>A empresa divulga apoios do Governo?</b>				
* A criar subtipos em função das divulgações que forem surgindo.				